



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PROJETO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 001/19 QUE ASSEGURA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, PSICÓLOGOS, FONOAUDIÓLOGOS, NUTRICIONISTAS E TÉCNICOS EM NUTRIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 21.03.19

INÍCIO: 15h29min

PRESIDENTE: SR. ANDERSON PEREIRA

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores boa tarde. Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Anderson Pereira, após aprovação em Plenário realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre o Projeto de Emenda Constitucional nº 001/19 que assegura a atuação de Profissional de Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Técnicos em Nutrição no processo de ensino e aprendizagem das Escolas Públicas do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponentes desta Audiência Pública.

Na sequência convidamos à senhora Noemi Ribeiro de Assis Lemos, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social, CRESS/23ª Região. Senhor Carlos Henrique Gomes Souza, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS/RO. Senhora Virginia Braz, representante do Conselho de Fonoaudiologia, CREFONO/9ª Região. Convidamos a Senhora Darlene Ramos, representando o Conselho Regional de Nutricionistas CRN/7ª Região. Convidamos o Senhor Vinícius Gomes da Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia Seção - RO. Na sequência convidamos a Senhora Maria Rosimeire Salviano de Moura, Diretora de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Boa tarde a todos! Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta Audiência Pública para debater a Emenda Constitucional nº 001/19, que assegura a atuação profissional de Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Técnicos em Nutrição no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas do Estado de Rondônia.

Boa tarde a todos!

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Convidamos todos a sentarem, por gentileza. Nesta sequência queremos agradecer a presença da senhora Alcione Altini Paes, Coordenadora de Dietas Enterais do Estado de Rondônia; o senhor Gabriel Tomasete, membro fundador da Rede Brasileira da Infância e Consumo, Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. Na sequência agradecemos também à senhora Laura Cristina, Assistente Social, representando a SEDUC. As senhoras Auxiliadora Fernandes, Marli Santos, Conselheiras Tutelares Distritais de Jaci-Paraná; a senhora Neusa Soares, Secretária de Assistência Social; senhora Bruna Patrício, Coordenadora do Curso de Nutrição das Faculdades Integradas Aparício Carvalho; senhora Dra. Iracema Tada, Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; senhora Luna Mares Lopes; representando o Curso de Nutrição do Centro Universitário São Lucas; senhora Liliane Barbosa, representando o Conselho Regional de Fonoaudiologia; senhora Sirlene Santos, Nutricionista da Clínica Marcelo Almeida; senhora Viviane Castro, Diretora de Pós-Graduação da São Lucas; senhora Virgínia Braz, Conselheira, representante do CREFONO, da 9ª Região; senhora Saiane Andressa, representando o Centro de Medicina Tropical de Rondônia; senhora Luz Lar Lene, Secretária de Educação Municipal de Santa Luzia d'Oeste; senhora Daniele Almeida, representando a Associação de Nutricionista do Estado de Rondônia; senhora Neusa Soares, Assistente Social de Santa Luzia d'Oeste; senhora Waldemarina Galvão Lopes, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; senhora Erotides Leite, Conselheira Fiscal de Serviço Social CRESS/RO; senhora Cleide Marcolino, Conselheira do Conselho

Regional de Serviço Social; senhora Tânia Guedes de Oliveira, Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social, da 23ª Região/RO; senhora Carminda Nogueira, Conselheira do Conselho Estadual de Educação; senhora Lidiane Tavares, Fonoaudióloga; senhora Claudete Neves, Coordenadora de Educação Especial do IFRO; senhora Professora Mestra Pâmela Paola Lopes, Coordenadora do Curso de Fonoaudiologia, representando a Coordenação do Curso de Fonoaudiologia do Centro Universitário São Lucas.

Neste momento passamos a palavra ao Presidente, por gentileza.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Eu peço desculpas pelo atraso, um atraso de meia hora, praticamente. A gente ainda está se adequando a esse novo ambiente, fazendo alguns ajustes, mas, com mais conforto para os senhores mesmos. A Audiência Pública é muito importante. Na Legislatura passada, praticamente quase todos os projetos que eu apresentei nesta Casa, eu convoquei Audiências Públicas justamente para discutir com quem conhece, com quem sabe e entender os anseios da sociedade. O melhor caminho é através de Audiência Pública, para a gente entender isso e até melhorar aquilo que a gente está fazendo. Essa Emenda Constitucional, a importância dela não tem nem como mensurar, justamente ela é a 01 desta Legislatura, foi à primeira Emenda Constitucional apresentada por um parlamentar nesta Casa, neste ano, nesta 10ª Legislatura. Depende da apresentação de assinatura de 7 deputados, 8 com o autor e nós rapidamente conseguimos todas as assinaturas, fizemos também uma alteração nela incluindo também os fonoaudiólogos, a pedido da categoria que nos procurou, e a gente rapidamente fizemos a alteração. Mas, o que nós

estamos fazendo nessa alteração constitucional, na Constituição do Estado de Rondônia é justamente colocando do rol algo que estava omissa, vamos dizer, que estava com uma lacuna, a gente está preenchendo uma lacuna naquilo que são algumas diretrizes que o Governo do Estado, que o Estado de Rondônia precisa cumprir com a sociedade. Dentro dessas diretrizes não tinham essas categorias no rol da Educação e a gente já sabe que muitos já laboram nesses ambientes. Então, eu quero inicialmente fazer a leitura de algo bem explicativo em relação ao que eu estou dizendo e depois nós vamos abrir para as discussões.

Aqui embaixo ainda tem umas três vagas aqui, se algum representante acadêmico quiser compor com a gente aqui. O conforto é bom, mas, diminuiu a proximidade de vocês com a gente, esse lado eu não gostei muito, mas, em relação ao conforto e a estrutura melhorou bastante. Possivelmente, as próximas audiências vão ser no auditório que comporta 400 pessoas ou então no plenarinho, dependendo da temática a gente vai fazer para a gente melhorar a proximidade com vocês.

Gostaria de iniciar esta Audiência com a leitura do artigo 227 da Constituição Federal Brasileira.

A Constituição no artigo 227, diz: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Partindo daí, em retribuição a confiança que o povo de Rondônia depositou em mim. E em minha prioridade à família,

a criança, o adolescente o jovem e o idoso, além disso, nossa dedicação em avançar na qualidade da educação para a nossa população e garantir um futuro mais humano, justo e digno, com melhoria na qualidade de vida para todos. Sabendo da importância que tem as melhorias nas condições de ensino e aprender e, que é com o apoio dos conselhos federais e regionais aqui representados pelos membros, apoio aos profissionais da área, dos alunos acadêmicos, da população, abro esta audiência para discutirmos a proposta apresentada à PEC, Projeto de Emenda Constitucional 001/19, que assegura a atuação profissional de nutricionistas, técnicos de nutrição, psicólogos assistentes sociais, fonoaudiólogos no processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas no Estado de Rondônia. Nutricionistas e técnicos em nutrição na escola. O projeto de emenda Constitucional visa garantir, em especial, a atuação dos profissionais e técnicos em Nutrição nas escolas de Rondônia. Buscando a melhoria na qualidade da merenda, em até auxiliar esses profissionais na fiscalização do fornecimento, já que, muitas vezes, de forma o auxílio desses profissionais, muitas vezes, é irresponsável, as escolas deixam de servir os alimentos aos alunos da rede pública ao tomar conhecimento do relatório de fiscalização Tribunal de Contas da União em que foram apontadas irregularidades gravíssimas. Ao tomar conhecimento, também, de denúncias aos órgãos de controle MPF e MPE, ainda após a denúncia de profissionais da área recebida no meu gabinete; profissionais que estão presentes, apresentei essa Proposta de Emenda Constitucional, buscando além do que já foi dito, inclusão dos outros profissionais tão importantes quanto os nutricionistas e técnicos na realidade escolar.

Psicólogos na educação. E, aqui eu incluo psicólogo além do psicopedagogo que também é uma especialização muito importante na área educacional. A Psicologia escolar

educacional tem se fortalecido como um importante campo de atuação dos psicólogos; os psicólogos escolares educacionais, são profissionais que atuam em instituições escolares educativas, bem como se dedicam ao ensino, à pesquisa na Psicologia e Educação. Podendo na atuar na inclusão de pessoas com deficiências, avaliação psicológica, histórico da Psicologia escolar, formação continuada de professores, entre outros. Além do que, a gente sabe que muitos alunos, muitas crianças e adolescentes, vêm para o ambiente escolar com alguma violência psicológica, às vezes, físicas, que já vem do ambiente familiar, numa questão social familiar e isso pesa dentro do ambiente escolar porque o professor não está preparado para encarar isso e hoje na realidade que vivemos de não ter na maioria das escolas, principalmente pública, um profissional dessa área o prejuízo é muito grande porque o que está acontecendo, muitos professores entrando em depressão porque eles não conseguem trabalhar a educação porque aquela criança, naquele momento, ela não precisa só da educação, ela precisa também de um acompanhamento psicológico e têm professores que eles estão de forma, às vezes, desesperada, vamos dizer assim, tentando resolver o problema e acabam trazendo problema para dentro de si, da sua casa e da sua vida.

Então, veja a importância desses profissionais dentro do ambiente escolar, principalmente na situação que a gente vive hoje no País.

Assistente Social na Escola. A Assistente Social tem uma missão importante na escola e em parceria com os educadores são responsáveis pela integração do grupo, troca de saberes, desenvolvimento de senso crítico, apoio as famílias na construção de caráter, valores, princípios morais dos indivíduos, preparando os alunos para

desempenhar seu papel como cidadão, desenvolvendo atividade de conscientização, mostrando que os alunos a qual a sua história como trabalhar em grupos, e, importante, de respeitar as diferenças, integrando também esse trabalho com a família, porque eu costumo dizer, fui Presidente da Comissão de Educação nesta Casa na Legislatura passada e eu digo que educação, ela também não começa só na escola, ela já inicia em casa e muitos pais acham que é só matricular o filho e não participar da vida escolar do seu filho, pelo contrário, a importância da proximidade dos pais naquele ambiente não tem como mensurar, porque ele acaba ajudando a construir um bom cidadão e ajuda também nesse trabalho e quem vai exercer essa principal função de aproximar a família para dentro da escola é o Assistente Social que vai identificar essas questões e trazer essa família ou quem está precisando para dentro para resolver qualquer problemática que for enfrentada ou encarada.

Fonoaudiólogo. Os últimos a fazerem parte dessa PEC incluindo através da Emenda protocolada o Fonoaudiólogo, a Fonoaudiologia tem muito a oferecer com a parte da equipe da equipe pedagógica na escola, o fonoaudiólogo na escola visualiza o atendimento preventivo dos alunos e professores que no que se refere a prevenção a saúde da audição, da voz, da fala e língua detectando procedimentos, distúrbios da comunicação. Fonoaudiólogo, é um parceiro da equipe escolar na sua ação, reflete sobre o desenvolvimento dos alunos e na relação com a família trazendo mais eficácias as ações pedagógicas. Então, isso aqui é um trecho muito resumido da atuação de cada profissional, mas, isso é muito mais abrangente e ninguém melhor do que os senhores para debater e discutir a questão.

Então, para iniciar as discussões e os debates eu quero passar aqui para a Professora Rahilda, a Sra. Rahilda

Tuma, Professora, convidada representando o Conselho Regional de Nutrição da 7ª Região.

Ela está com a palavra, pode fazer uso da tribuna.

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Aproveitando a oportunidade queremos agradecer a presença do Senhor Nilson Vieira; representando a Secretaria Adjunta da Educação a Senhora Maria da Conceição. Também agradecendo a presença da Senhora Renata Capote Vieira, Assistente Social da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia - AMA.

A SRA. RAHILDA BRITO TUMA - Boa tarde a todos! Em primeiro lugar agradecer o convite e deixar claro que o papel, nós temos dois representantes aqui do Conselho Regional de Nutricionista, vai muito além do que defender a presença de profissionais no processo Ensino/Aprendizagem. Nós trazemos aqui uma contribuição Técnico-Científica que justifica ou que dá um corpo maior para justificativa da necessidade de desenvolvimento de atividades de educação alimentar e nutricional. Nós vamos mostrar aqui dados que já estão contemplados no Projeto e vamos colocar alguns outros adendos que são muito importantes em relação à saúde das crianças e dos adolescentes do Estado de Rondônia.

Os hábitos alimentares dos adultos. O próprio Deputado colocou agora, eles iniciam na infância, na verdade inicia na gravidez. A Educação Alimentar, os hábitos alimentares, ele vem desde a hora que uma mulher está grávida e isso permanece até a vida adulta com grandes dificuldades de alteração já na vida adulta. E a escola é entendida por

todos que estão aqui, com certeza, que é o ambiente mais propício para fazer algumas mudanças.

Trazemos os dados que já fazem parte do projeto, mas, para destacar que Rondônia, está numa situação muito grave na questão do excesso de peso; nós temos 58% da população adulta de Porto Velho, está com excesso de peso e desses, 22,4% já estão obesos, inclusive, alguns com obesidade mórbida, cuja reversão do quadro está definida praticamente a uma cirurgia bariátrica, cuja experiência nos mostra uma recidiva da necessidade de mais de 10%. É uma grande surpresa para todos porque a gente entendia há 10 anos, que a cirurgia bariátrica era uma solução definitiva para obesidade mórbida e não é. Nós temos no Estado do Pará, uma refila para cirurgia bariátrica de mais de 10%. Então, não é solução definitiva, solução definitiva é a educação. E aí colocamos alguns elementos, apenas 26% da população desse Estado come frutas e verduras 5 vezes por semana; 41% apenas praticam atividades físicas de 150 minutos por semana. E trago um elemento novo, talvez ao projeto, que é a ligação da obesidade ao câncer. A região norte é uma região que tem uma grande prevalência de câncer e o INCA no final de 2017, nos mostra um estudo que 13% dos cânceres, estão ligados diretamente a obesidade, ao excesso de peso. Então, há uma preocupação a mais do que obesidade, hipertensão, diabetes e AVC. Hoje, nós temos agregado a essas patologias, o câncer. Trazemos também como contribuição todo o arcabouço legal que justifica o trabalho do Nutricionista e do Técnico de Nutrição dentro do processo ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes. Não precisamos fazer a leitura disso, não temos tempo, mas, estamos deixando isso como uma contribuição, toda legislação que pode ainda ser incorporada ao projeto. Em todo Brasil, todos os Estados do Brasil têm um Programa Nacional de Alimentação Escolar, que

o Deputado leu como um programa com alguns problemas, com graves problemas e é óbvio que isso também é o grande reforço da apresentação desse projeto, com certeza. Outras legislações, que é a questão do Currículo Mínimo, talvez a Dra. Darlene fale um pouco mais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar, também prevê a questão da educação alimentar e nutricional, já está com todo esse suporte, nós temos o Programa Saúde na Escola, que o Estado tem, e alguns municípios que já aderiram; a adesão é voluntária dos municípios, mas, esse programa tem, inclusive, repasse de recurso financeiro, importante para fazer atividade de educação alimentar. A gente traz então isso como um suporte também, que é um Programa do Governo Federal, com ofertas de recursos financeiros. O Outro é o Programa Saber Saúde, que é do próprio INCA, que tem uma riqueza enorme de materiais educativos na área de alimentação e saúde, muito importante, disponível; acreditamos que esse projeto não precisa, a execução dele não precisa se preocupar com produção de material educativo de alto nível. Nós temos uma quantidade muito representativa de material, desde material impresso, vídeos e até aplicativos para celular, que nós já trabalhamos em vários Estados da região norte e podemos começar trabalhar aqui. Aqui é uma lista, para vocês terem uma noção do que a gente tem pronto para ser usado; o Estado gastaria o recurso financeiro apenas para impressão daquilo que fosse necessário, todos esses materiais foram produzidos por grandes especialistas das melhores universidades brasileiras, todo esse material. A gente vai deixar essa lista. E aí os aplicativos que a gente, vídeos, áudios e o aplicativo para celular que hoje é uma grande ferramenta, que mesmo nas escolas públicas, o aparelho celular é um objeto que é mais presente do que o tênis. Nós temos algumas contradições na região norte, estamos lutando para reduzir o excesso de peso e obesidade, a hipertensão,

o diabetes e agora o câncer. Mas, só para colocar para vocês que existem muitas contradições. O Brasil e a região norte investem muito em incentivos fiscais para a indústria de refrigerante, a região norte ainda é a região que mais investe em incentivo fiscal para indústria de refrigerante, é uma contradição, que o refrigerante está ligado a todas essas patologias que eu falei. A venda indiscriminada de produtos para crianças e adolescentes, inclusive, trazendo brinquedos dentro é outra contradição, a gente quer melhorar o hábito alimentar e vende esse tipo de produto. E a gente não entender que o grupo mais vulnerável a toda agressividade da mídia no Brasil, são as crianças e os adolescentes, na televisão, no rádio, no supermercado, a gente precisa entender isso. Eu acho que eu esqueci só um item ali, por favor. É que na Amazônia, nós temos alguns supermercados flutuantes, nós sabemos que uma indústria, ela vende produtos ultraprocessados nos barcos que param nos nossos municípios, isso também é outra contradição. Eles só vendem alimentos que provocam doenças, e nós fazemos de conta que não estamos vendo isso, estamos aqui lutando para melhorar a saúde das crianças e do adolescente, mas, deixamos, damos dinheiro para a indústria de refrigerante, e deixamos os barcos-supermercados transitarem livremente nos nossos rios. Essa é a nossa contribuição, nós vamos deixar isso em arquivo, e dizer, que nós entendemos que uma Emenda Constitucional, ela é apenas um instrumento disparador de legislação, para que tudo isso que está previsto nessa Emenda Constitucional, aconteça de fato, nós ainda temos um longo caminho, de novas Leis e do trabalho conjunto entre o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, para que dê o suporte necessário para que esta Emenda Constitucional tão importante, ela aconteça realmente. Esta é a contribuição

do nosso Conselho na área técnico-científica que vai ficar aqui para o Deputado. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. Gostaria também de ouvir a segunda palestrante que vai também se ater à nutrição Darlene Ramos. Ela representa o Conselho Regional de Nutrição na 7ª Região.

A SRA. DARLENE RAMOS - Boa tarde! Quero agradecer a Mesa aqui o convite na pessoa do Deputado Anderson, muito obrigada pelo convite. Eu vou, na realidade só complementar um pouco a fala da Dra. Rahilda. A gente hoje está aqui, quero parabenizar a coragem desse Estado e do Deputado a iniciativa por um projeto tão grandioso e dando pontapé inicial para todo o resto do Brasil. Hoje a gente tem amparo legal para a constituição dessa equipe multiprofissional dentro da escola, e um desses marcos legais, a gente sabe que agora com a introdução das disciplinas Transversais, nela a atuação de todos esses profissionais que estão aqui a Mesa, ela fica evidente e clara a importância que vai muito além de ministrar uma disciplina em sala de aula, e aí, eu vou me deter ao nutricionista. O nutricionista hoje, ele é de suma importância dentro da educação nutricional, essa educação nutricional é que melhora todo esse reflexo e esse quadro apresentado pela Professora Rahilda. E isso a gente teve com a Lei agora aprovada 13.666, agora novinha, de novembro de 2018. E é um marco muito importante para nós enquanto nutricionistas, porque ela traz a educação nutricional, enquanto disciplina Transversal, enquanto assunto transversal, ou seja, um assunto que não tem que ser tocado em uma disciplina, ele é um assunto que tem que ser tocado

em toda a grade curricular durante todo o percurso desse menino desde o Pré-Escolar até a hora que ele sai do Ensino Médio. Isso dá base para o conhecimento e para a prevenção de inúmeras patologias hoje existentes. A gente sabe hoje as pesquisas mostram que a maioria das epidemiologias, a maioria das patologias hoje, elas são de cunho nutricional. A gente tem hoje o uso abusivo de agrotóxicos nos nossos alimentos, a gente tem substâncias extremamente prejudiciais à saúde dentro dos nossos alimentos industrializados, e isso comprovadamente, isso é comprovado, o quanto prejuízo que isso causa a nossa população. Desde ligação com autismo, com todas as doenças crônicas degenerativas, hoje o diabetes, a hipertensão arterial, o câncer e a obesidade que professora Rahilda muito tocou. Eu queria chamar a atenção para vocês principalmente que corrobora que hoje a gente tem o nosso direito humano a alimentação adequada, ele está lá escrito, é constitucional, o ser humano necessita ter uma alimentação adequada, alimentação adequada é alimentação não só do ponto de vista nutricional, mas, ela é do ponto de vista regional, a nossa cultura deve ser respeitada, os nossos hábitos alimentares que estão sendo esquecidos. A região Norte está sendo massacrada pelos modismos alimentares. A gente tem hoje um excesso de modismo que isso chega as nossas crianças, as nossas adolescentes que estão ficando anoréxicas e bulímicas e são problemas graves psicológicos relacionados com a nutrição comportamental que a nossa sociedade não está atentando, e esta Casa aqui tem o privilégio de trazer essa discussão à tona dessa importância. Eu queria, só para finalizar para vocês também que a parceria do nutricionista, um braço direito em todo esse processo é o técnico em nutrição. O técnico em nutrição, ele possui uma legislação dentro do Conselho Federal de Nutricionista e tem atribuições sim,

supervisionadas pelo nutricionista, hoje ele é um parceiro direto nas nossas ações, ele está dentro de todas as unidades tanto no campo da saúde quanto na área da educação. Então hoje é um dos principais personagens para estarem junto com a gente nesse processo e combatendo todos esses males, o qual a Professora Rahilda colocou muito bem para a gente.

Só para eu não me alongar mais, a gente tem todo o arcabouço já que ela falou, a atuação que o doutor coloca, vem muito mais além da atuação só no PNAE, só na atuação de supervisão da alimentação escolar, ela vem buscando a educação alimentar e nutricional não só do aluno, mas envolvendo toda comunidade acadêmica desde o gestor, o professor, familiares, pais, e sim a merendeira, então em todo esse processo a nutricionista está envolvida juntamente com o principal apoio que é o técnico em nutrição e dietética. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Registrar as acadêmicas que se encontram aqui com a gente, Vanilde Mendes acadêmica de Fonoaudiologia/São Lucas; Ana Lúcia acadêmica de Serviço Social/UNIP; Timóteo Nascimento Menezes acadêmico de Psicologia da UNIRON; Dieny Mary acadêmica de Nutrição/FIMCA.

Agora quero ouvir o Dr. Gabriel Tomasete. Ele é membro fundador da Rede Brasileira de Infância e Consumo, Presidente do Conselho Estadual do Consumidor. Se quiser usar a tribuna ou falar daí, o senhor escolhe. Eu quero só enquanto o Dr. Gabriel decide onde ele quer falar, eu só quero aqui ressaltar para vocês a importância dessa Emenda Constitucional neste momento, porque a gente teve a pressa de apresentar, de chamar essa audiência, de discutir. O

Governo do Estado eleito pelo povo de Rondônia está discutindo o PPA, esse PPA vai servir para os próximos quatro anos, ele está trabalhando esse primeiro ano com o PPA do Governo que saiu, o Governo Confúcio Moura junto com o Governo Daniel, e agora ele já iniciou as audiências públicas para a construção do novo PPA que vai ser a base do Governo durante os 04 anos, então a base do que ele vai fazer pela sociedade tanto em relação a educação como também a saúde, a segurança pública, a infraestrutura do Estado de Rondônia, então a gente incluindo isso aqui como uma das diretrizes para ser discutida a gente pode levar isso para discussão também lá no PPA. Porque depois do PPA aí virá a LDO, a LDO ainda chega até o meio do ano aqui nesta Casa, quem é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então essa lei também, a gente já com base no PPA nós vamos discutir aqui essas políticas públicas que serão desenvolvidas durante o ano, que no final do ano vem a LOA que é o orçamento que o Governo vai trabalhar com ele no ano de 2020, no caso a importância disso é se a gente conseguir inserir no PPA e depois abrir isso na LDO, na LOA vai ser consequência, na LOA vai ser consequência para a gente conseguir concurso público, inclusão de mais profissionais na área, preencher o déficit que já existe, que é real e até mesmo concursos em andamento, a contratação de mais pessoas para atuarem nesse cenário dentro do ambiente escolar. Então a gente traçou uma estratégia para a gente conseguir inserir isso numa política de Estado, numa política de Governo e resolver muitas questões da sociedade pensando no futuro, e eu penso que o Governo do Estado deva estar pensando no futuro, por isso a importância desta Audiência, para ouvir o que nós estamos ouvindo hoje, pelos especialistas da área. Então essa Audiência pode trazer um despertar no Governo de

desenvolver esta política educacional, voltada a área dos senhores.

O SR. GABRIEL TOMASETE - Boa tarde!

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)- O Dr. Gabriel Tomasete para quem não conhece sabe a luta que ele está em relação ao aumento da energia no Estado de Rondônia. Ele é um dos combatentes do povo de Rondônia aqui lutando por nós também em Brasília, a gente esteve em Brasília juntos ali no Ministério de Minas e Energia. E ele está em um embate judicial através do Conselho, e a gente espera que venha a vitória o quanto antes. Que está difícil.

Esta Audiência quase não acontece aqui porque justamente a energia está cara, o custo está muito alto. E daqui a pouco quem é assalariado, ou vai comer, ou vai pagar energia, vai ter que optar. Então a situação é complicada. O Estado hoje que é um dos maiores produtores de energia, a gente está pagando uma energia tão cara. Isso é injusto com o Estado de Rondônia. E a gente está unindo forças para a gente vencer este gigante que é o Governo Federal.

O SR. GABRIEL TOMASETE - Boa tarde a todos! Quero primeiramente parabenizar o Deputado Anderson Pereira pela sensibilidade em acolher este pleito de diversas categorias tão especiais para as escolas, para as nossas crianças.

Quero em nome da senhora Darlene Ramos que representa o Conselho de Nutricionistas, cumprimentar os demais da Mesa.

Quero dizer, Deputado, que se eu soubesse que tinha tanta gente lá em cima eu tinha ficado sentado, que agora a responsabilidade é maior para falar para tanta gente assim. Mas que legal que ficou este auditório aqui, fantástico!

Deputado, eu fiquei muito feliz com a fala das representantes dos Conselhos que me antecederam, uma vez que esta nossa luta em relação ao consumismo e a publicidade dirigida às crianças, eu achei que eu teria que iniciar explicando isso, mas, vocês já colocaram isso de uma forma fantástica. Então eu quero dizer, iniciar dizendo eu iria dizer isso no final, que nós estamos juntos nesta luta, eu me coloco desde já a inteira disposição. Nós fundamos em 2013 uma Rede chamada Rede Brasileira Infância e Consumo. E nesta Rede que eu convido os senhores a entrar no nosso site, ela tem profissionais de diversas áreas. Os Nutricionistas, os Psicólogos, os Assistentes Sociais, eles estão em peso conosco compondo esta Rede. Então não é uma Rede jurídica, é uma Rede multidisciplinar e que tem um olhar bastante especial para esta problemática do consumismo infantil. E porque eu estou dizendo isso? Porque como muito bem colocou a Darlene, ele afeta diretamente as crianças, e não somente as crianças, afeta também as famílias por conta do superendividamento das famílias, do estresse família com este incentivo ao consumismo e até mesmo, Deputado Anderson, interfere na delinquência. E quem está dizendo isso não é somente o Gabriel, quem disse isso foi o Conselho Federal de Psicologia e uma cartilha fantástica, que se chama Contribuição do Conselho Federal de Psicologia para o Fim da Publicidade Dirigida às Crianças. Então é um assunto que merece toda atenção. Quando Daniele me convidou, quero registrar a presença da Daniele, assim como todos vocês é uma guerreira e que vem lutando também para que isso se tornasse uma realidade, esta Emenda Constitucional. Então esse tema é muito

importante, porque a obesidade infantil é uma das principais consequências do consumismo e do excesso de publicidade de alimentos não saudáveis. Esses barcos que foram mencionados; que fazem entrega de alimentos aqui também no nosso Estado, isso no Estado do Amazonas também ocorre, isso é um verdadeiro absurdo, isso é desumano o que está sendo feito com essas famílias, com essas pessoas de baixa cultura e que não têm noção do tanto que faz mal para a saúde destas crianças. Então eu quero reforçar a importância destes profissionais nas escolas e tenho a certeza de que com esta luta que se inicia hoje, como foi colocado aqui, depois precisa ser regulamentada por Lei, mas, eu tenho certeza da força e da persistência que o Deputado Anderson vai ter de mãos dadas com vocês para que isso se torne uma realidade, porque o assunto realmente ele merece essa nossa atenção.

Quero sugerir para quem não conhece esse problema destes barcos, tem um vídeo chamado 'Muito Além do Peso', esse vídeo é fantástico, vocês acham facilmente no Youtube, ele mostra crianças ribeirinhas que estão obesas e desnutridas ao mesmo tempo, justamente porque se alimentam de produtos que não agregam em nada para a saúde delas. Então é um vídeo bastante interessante.

Por fim dizer que nós idealizamos uma campanha nacional aprovada pelo Conselho Federal da OAB sobre essa temática. Estamos levando este assunto a outros Estados, aqui em Rondônia a gente já dialogou com algumas pessoas, existe projeto de lei na Câmara Federal que trata o assunto. Recentemente tem um Projeto de Lei nº 2.640/15 que ele alterou a Lei de Diretrizes Básicas da Educação de modo a vedar a publicidade dentro das escolas. Inclusive, um Senador daqui do Estado, ele pediu vista desse Projeto, ele

tinha um pensamento diferente, nós fomos até ele e o convencemos da importância dessa proibição da publicidade.

Então é isso. Quero novamente dizer que estou muito feliz por essa Emenda. Quero parabenizar novamente o Deputado Anderson, e dizer que eu estou à disposição de vocês. Quero trocar contatos para que juntos a gente possa atingir mais pessoas, levando essa discussão para os pais, para os professores e para toda a sociedade. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado, Dr. Gabriel.

Queremos ouvir agora a senhora Lidiane Tavares, Fonoaudióloga Educacional. Nós vamos abrir a fala para cada dois profissionais da temática, para a gente ser justo com todos. E se alguém dos Acadêmicos quiser falar, representando todos os Acadêmicos que estão presentes aqui, a gente pode também, é só fazer a inscrição, mandar para a gente aqui, se alguém quiser expor aqui também o seu entendimento, suas ansiedades, a gente abre. É uma Audiência Pública, eu costumo, às vezes, deixar todos falarem, mas, eu sei que vocês também têm o horário de vocês, têm as questões que vocês têm que fazer, então eu não vou também prender vocês por muito tempo aqui, até para não ficar cansativo esse debate, mas, está aberto. Se alguém dos Acadêmicos, até quem está na galeria que queira vir falar, está aberto.

A SRA. LIDIANE TAVARES - Boa tarde a todos. Eu venho parabenizar o Deputado Anderson Pereira, e iniciar um pouco falando sobre um texto, uma parte do texto que consta na

PEC. Quero agradecer também a Klívia Meireles, que com a ajuda dela, a gente pode ser inserido no projeto a tempo, um pouquinho corrido, mas, deu certo.

De acordo com os dados do INEP, no ano de 2017, cerca de 23.837.271 de crianças foram matriculadas na Educação Infantil - creches e pré-escolas em torno de 8.508.731 e no Ensino Fundamental, nas séries iniciais, 15.328.540 em escolas públicas brasileiras. Estima-se que, aproximadamente, mais 30% apresentem dificuldades de alfabetização e o restante, aprendam, porém, em índices menores do que o esperado.

No cenário Educacional brasileiro, dos últimos 20 anos pode-se verificar um grande e crescente número de escolares que apresentam baixo rendimento acadêmico. O Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA) proposto pela Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, cuja sigla é OECD, avalia escolares praticamente do mundo todo, entre 15 e 16 anos de idade. É imensamente preocupante saber que o Brasil sempre ficou entre os 5 e 10 piores países do mundo, em compreensão de leitura, em todas as mediações realizadas até hoje.

De acordo com a escala de proficiência elaborada pelo Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB) do ano de 2013, em relação às redes estaduais e municipais, incluindo a escola particular e pública, mostra que o Brasil superou as metas da educação proposta pelo MEC no início do Ensino Fundamental, de nota 5,0 em 2011, para 5,2 em 2013. Os resultados do SAEB 2017 em Rondônia, infelizmente, ainda mostram que os alunos ainda estão em níveis intermediários (nível 3, entre 175 e 250), mesmo com os resultados do IDEB ter alcançado a meta de 5,7, em 2017.

Inúmeros são os fatores para o fracasso escolar, que refere-se como baixo rendimento escolar na aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. É importante ressaltar que a identificação precoce do risco para Transtorno de Aprendizagem é a busca sistemática e baseada em evidência de sinais preditores ou de risco, antes do encaminhamento desse escolar para avaliações realizadas por uma equipe multidisciplinar, dentre eles o psicopedagogo, o psicólogo, o fonoaudiólogo e o neuropediatra, para confirmação ou não de um diagnóstico. Portanto, a identificação precoce de sinais de risco não é um diagnóstico, mas, sim uma atitude preventiva que permite uma intervenção precoce, baseada em estratégias pedagógicas, cientificamente fundamentadas e que permite estimulações cognitivas-linguísticas, adequadas em um período de maior plasticidade cerebral (capacidade dos circuitos neurais de reorganizarem com a experiência), independente de o baixo rendimento escolar estar associado a dificuldades ou ao Transtorno de Aprendizagem.

Sendo assim, defende-se a ideia de que o professor deve receber a capacitação para implantar a abordagem de resposta à intervenção, conhecida como RTI ou responsividade à intervenção, isto é, uma atitude de colaborar no processo de identificação e intervenção precoces de escolares de risco para Transtornos de Aprendizagem, envolvendo estratégias pedagógicas e psicopedagógicas, baseadas em evidência científica.

O modelo de Resposta a Intervenção, denominado RTI, é um modelo acadêmico, projetado para fornecer um auxílio, visando impedir essa falha acadêmica. É amplamente utilizado na literatura internacional, e tem sido trazido para o Brasil, e tem como objetivo reduzir o número de escolares identificados como sendo de risco para os

problemas de aprendizagem. Quando a escola apresenta adequadas condições de ensino, com orientações aos professores sobre os aspectos de aquisição de linguagem, transtornos de leitura e escrita, alterações fonológicas, entre outros fatores, contribuem para diminuir possíveis prejuízos no processo de aprendizagem, podendo fazer uso de um currículo e de uma metodologia, visando à facilitação de uma aprendizagem satisfatória de leitura e escrita, além de colaborar com as estratégias a serem desenvolvidas. Portanto, a sala de aula é o primeiro nível nos modelos de RTI para intervir precocemente em escolares em fase inicial de alfabetização, propondo um rastreamento ou a identificação precoce de escolares que apresentam um baixo rendimento nas habilidades preditoras para a aquisição e desenvolvimento de leitura e escrita, sendo esse um componente chave.

Tramitava desde 2010 na Câmara, o Projeto de Lei 7081/10, do Senador Gerson, (PMD-ES), que obriga o poder público a manter Programa de Diagnóstico e tratamento de dislexia e de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, conhecido como (TDAH) para estudantes de ensino básico.

Conforme esse projeto, as escolas devem assegurar às crianças com esses distúrbios o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento da aprendizagem. A proposta prevê, também, que os sistemas de ensino deverão oferecer aos professores cursos específicos sobre o diagnóstico e o tratamento dessas disfunções.

O diagnóstico e o tratamento devem ocorrer por meio de equipe multidisciplinar da qual participarão entre outros, educadores, os psicólogos, psicopedagogos, médicos e fonoaudiólogos.

Camata afirma que a criança com dislexia, devido às suas dificuldades de acompanhar o processo de aprendizagem

dos demais alunos, tendem a sentirem-se frustradas, e, pelo menos uma parte delas, pode desenvolver problemas emocionais e comportamentos antissociais como excessiva agressividade ou retraimento. Daí a importância do diagnóstico ("muitas vezes, difícil e demorado") e do tratamento.

Em novembro de 2018, a Comissão de Seguridade Social e Família, aprovou esse Projeto de Lei 7081/10, do Senado, que obriga ao Poder Público a manter programa diagnóstico e tratamento de dislexia e de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), para estudantes do ensino básico.

A relatora, Deputada Rita Camata, recomendou aprovação da proposta, na forma de substitutivo que inclui no programa a identificação precoce dessas doenças e atendimento educacional especializado para os estudantes portadores de dislexia e TDAH.

De acordo com o texto aprovado, as escolas deverão assegurar esses alunos recursos pedagógicos e didáticos adequados para sua aprendizagem. O atendimento educacional deverá ser oferecido em salas de aula do ensino regular e poderá ser complementado em salas de recursos multifuncionais caso necessário.

O texto aprovado, ainda prevê que o programa deverá ser implementado por equipes multidisciplinares, que incluirão educadores, psicólogos, médicos fonoaudiólogos especialistas em Psicopedagogia. As escolas também deverão garantir aos professores do ensino básico curso de capacitação para a identificação precoce dos transtornos e para o atendimento educacional adequado. O fonoaudiólogo é o profissional responsável para tal implementação, eles e os psicopedagogos.

A dislexia é um transtorno de aprendizagem de leitura crônico de origem neurológica. É o distúrbio de maior

incidência nas salas de aula e atinge entre 5% e 17% da população mundial, segundo Associação Brasileira de Dislexia. Já o TDAH, se caracteriza por sinais claros e repetitivos de desatenção, inquietude e impulsividade, mesmo quando o paciente tenta não mostrá-lo. "Tanto o TDAH, quanto a dislexia podem gerar prejuízos envolvendo a vida social, familiar, afetiva, acadêmica e profissional", afirma a Relatora. "Sabe-se que o diagnóstico precoce pode facilitar a escolha de estratégias adequadas para viabilizar a aprendizagem e o bom rendimento do aluno"; complementa Camata.

A proposta que tramita em caráter conclusivo em RITO de tramitação pelo qual o Projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-la.

O Projeto de Lei que cria o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, (PNE 2014/2024), apresenta diretrizes e metas, as quais premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias como alunos com deficiência e outros. As metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência: as desigualdades educacionais em cada território como foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania.

Dentro das 20 metas estabelecidas, a atuação do fonoaudiólogo seria primordial na maioria delas, se a gente for procurar destacar. Destaca-se as metas 5 e 7 como justificativa do projeto apresentado:

- Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. O Censo demográfico de 2010 revelou que 15,2% das Crianças brasileiras com 08 anos de idade que estavam cursando o

ensino fundamental eram analfabetas. A situação mais grave foi à encontrada nas regiões Norte com (27,3%) e Nordeste com (25,4%).

- Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio. O Fonoaudiólogo está inserido desde a educação infantil até o ensino médio, e se eu for falar também no ensino superior.

Com o norteamento dado a educação pela Lei de Diretrizes e Bases, a Lei nº 9.394/96, torna-se fundamental dentro de um ambiente escolar as parcerias firmadas entre as equipes pedagógicas e profissionais técnicos especializados em promover um ambiente propiciador e facilitador de Desenvolvimento Infantil, bem como do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a LDB, a educação infantil apresenta como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementado a ação da família e da comunidade, assim o Fonoaudiólogo está inserido desde esse público tentando minimizar os encaminhamentos, tentando estimular essa criança mesmo dentro das escolas, auxiliando também a família.

A rede pública estadual de ensino não conta com os serviços do profissional de Fonoaudiologia para dar apoio ao projeto pedagógico da escola e a saúde dos professores, cuja participação auxilia sobremaneira nos maiores desafios da escolaridade: ler, escrever e fazer cálculos, ligados a questões de linguagem, tratadas pela especialidade. A presença de um fonoaudiólogo na escola é um fator de grande importância enquanto auxiliador dos processos de aquisição

da linguagem e facilitador dos processos de leitura escrita, não está ligado somente aos casos de voz.

Observa-se que a Lei Federal 6965, de 09 de dezembro de 1981, que regulamenta a profissão do fonoaudiólogo, no capítulo II, artigo 3º, estabelece: "É de competência do fonoaudiólogo: desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição, destaca-se: participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos".

Assim, o fonoaudiólogo, como especialista em comunicação humana, é o profissional técnico qualificado para o desenvolvimento do ambiente escolar, sendo capaz de detectar precocemente e intervir em distúrbios que acometem o processo comunicativo e afetam o processo educacional.

Nesta perspectiva, a contribuição do fonoaudiólogo na escola regular visa: apreender conceitos fundamentais para obtenção e manutenção de padrões comunicativos saudáveis; promover a saúde vocal, linguística, oral e auditiva, auxiliando os professores no como fazer; acompanhar a evolução das crianças elaborando, estratégias facilitadoras de aprendizagem; criar vínculo escola-clínica; realizar encaminhamentos; promover educação em saúde comunicativa através de conteúdos informativos, sensibilizadores e repletos de orientações pertinentes às vivências diárias; detectar precocemente os distúrbios; intervindo de forma grupal tanto docente como discente; auxiliando, com orientação, pais e responsáveis, dentre outros e mobilizar o corpo docente para que estes possam lidar adequadamente com o processo de educação em saúde da comunicação humana.

No ano de 2017 foi aprovada a Lei 4178 que dispõe sobre a necessidade das escolas públicas do Estado de

Rondônia ter em sua equipe pedagógica o fonoaudiólogo. Trabalho esse, iniciado pelo Deputado, hoje, Federal Léo Moraes.

O Município de Vilhena em Rondônia dispõe de duas fonoaudiólogas, que em pouco tempo apresentou um trabalho excelente. O Projeto atendeu em 2018 cerca de 670 alunos da rede municipal onde foram encaminhadas 242 crianças para acompanhamento multidisciplinar.

Participei o ano passado do I Encontro de Fonoaudiólogos Educacionais do Brasil, em Recife e, pasmem, aquela cidade conta com 23 fonoaudiólogos na rede municipal de ensino. Sendo assim, estamos atrasados. Precisamos nos unir, precisamos por em prática a Lei aprovada.

Portanto, deve-se entender desde já a necessidade de investimento na área técnica para que seus ideais, quanto à construção de um saber globalizado, sejam validados. Não há custo, quando o benefício é real. Há sim, investimento e a certeza de um retorno qualificativo e quantitativo eficaz.

Esse texto pertence a PEC e vos fala um pouco, que não é pouco, o que o fonoaudiólogo tem a executar nas escolas. Prática esta que já é realidade em alguns Estados do Brasil, inclusive nosso vizinho, o Acre.

Contamos com o apoio de todos vocês, mais uma vez eu parabenizo a iniciativa. Abraço a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. Agradecer a presença do Cabo PM Janaína Peres, Major PM Vanda, representando a Associação dos Pais e Mestres do Colégio Tiradentes.

Quero agradecer também a presença dos Acadêmicos do Centro Universitário São Lucas, Faculdade Aparício Carvalho - FIMCA, Faculdade Católica, Universidade Federal de Rondônia, Faculdade UNIRON, Universidade Paulista - UNIP, Universidade Norte do Paraná - UNOPAR.

Eu queria também aqui perguntar se a Klívia Meireles, ela está aqui representando o Deputado Cirone, Assessora do Deputado e a Klívia, através do Deputado Cirone lá de Cacoal ela trouxe a preocupação da inclusão dos fonoaudiólogos nessa Emenda Constitucional. Nós fizemos, o Deputado também assinou junto, toda Emenda Constitucional tem que ter assinatura de no mínimo 8 Deputados com o que está apresentando o Projeto e o Deputado Cirone através da Klívia trouxe essa preocupação a ela que é Fonoaudióloga também, se ela quiser fazer uso da palavra. Só para registro e constar.

Eu gostaria de passar a palavra a senhora Virgínia Braz, representando o Conselho de Fonoaudiologia - CREFONO/9ª Região.

A SRA. VIRGÍNIA BRAZ - Boa tarde a todos! Eu quero aqui agradecer o Deputado Anderson pelo convite, pela proposta que ele elaborou que é fantástica como diz o Hino de Rondônia, pioneiro sempre e pioneiro em mais um projeto.

Quero também aqui agradecer a presença de todos, de todos os nossos colegas do Serviço Social, da Nutrição, da Psicologia, agradecer todos os colegas que estão aí no plenário, alunos dos Cursos de Fonoaudiologia das Faculdades Integradas Aparício Carvalho; do Centro Universitário São Lucas e também os colegas que estão presentes, têm vários aí presentes do Curso de Fonoaudiologia também; agradecer a todos, todos os

presentes, enfim. Então, eu acho que falar da importância desse projeto é chover no molhado, eu acho que todos que estão aqui já sabem o quanto é importante, qualquer um dessas áreas aí: Serviço Social, Psicologia, Nutrição, Fono dentro da escola, atuando junto com os professores, junto com as coordenações, com os pedagogos para que as nossas crianças possam se desenvolver. Quem vai ganhar com isso? As nossas crianças, só elas, elas vão ganhar, mas, aí no fim todos ganham. Porque quando formamos cidadãos que conseguem pelo menos entender o que ele ler, gente, toda sociedade ganha; enquanto nós estivermos aí formando cidadãos com dificuldade de compreensão, de um texto simples, nós vamos tentar isso, que vai andar, que vai sair do lugar. E é por isso que eu agradeço muito, nós, a Fonoaudiologia, o Conselho Regional da 9ª Região aqui representando por mim, vem agradecer ao Deputado por esta proposta, acredito sim, que ao ser aprovada e o Estado podendo montar todo o seu Governo a partir, pensando nesta estratégia de melhorar a educação, principalmente a Educação Básica, é um Estado que vai ter condições sim de competir de igual com os demais Estados brasileiros. Acredito até que a gente vai poder competir e sair na frente com essa proposta. Só para lembrar, com relação a questões fonoaudiológicas, as nossas crianças, as nossas escolas públicas são muito prejudicadas. Enquanto uma criança numa escola privada, numa escolar particular tem uma família que tem condições, na grande maioria das vezes de procurar um profissional para dar o auxílio que aquela criança precisa, que tem uma família mais bem estruturada, enquanto a criança da escola privada tem tudo isso garantido, porque ele já tem isso em casa; a nossa criança da escola pública não tem. E como competir depois no mercado de trabalho? Dois profissionais que vêm de um ambiente completamente diferente e que já sofreram tanto

prejuízo desde a sua formação inicial. Então, esse projeto, ele vai dá possibilidade para essa criança concorrer de igual para igual lá no futuro e é isso que nós esperamos. O ano de 2016, 2017, nós tivemos oportunidade e participar junto com a SESAU e a SEMED de um projeto de saúde auditiva do escolar; Então, foi um trabalho muito bacana que a Fonoaudiologia pode fazer aqui dentro do Estado e serviu para a gente ter uma noção do quê que acontece dentro da nossa escola, das nossas escolas públicas. No período de 2016 e 2017, nós fizemos triagem de mais ou menos 2.000 mil crianças nessas escolas e infelizmente, 37% das nossas crianças em sala de aula não têm condições de estarem ali dentro. Por quê? Não estão sequer ouvindo direito, são crianças que têm prejuízo na audição, imagina uma criança que não ouve bem dentro de uma sala de aula competindo com outras crianças, ruidosas, infelizmente por que criança faz barulho, numa sala de aula que nem sempre tem uma boa acústica, que está num local que tem um ruído da própria cidade, do ambiente ali que é ruidoso, uma criança que não está ouvindo bem, como é que ele consegue aprender? Como que a gente pode cobrar isso dele? É difícil. Então, o trabalho tem que começar logo, não vou nem falar da questão da nutrição, as questões sociais que também são muito graves, eu falo daquilo que eu tenho mais conhecimento, que é da saúde auditiva, que é da saúde fonoaudiológica e eu sei que as nossas crianças têm uma defasagem muito grande e elas precisam desse socorro e esse projeto vem trazer essa contribuição, Deputado, e, é por isso que eu agradeço. E essa é a minha fala, muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Gostaria de ouvir também a senhora Marina Falcão, Conselho Tutelar, está representando o Conselho Tutelar.

A SRA. MARINA FALCÃO - Boa tarde a todos. Eu quero em nome do meu amigo Carlos, agradecer aos componentes da Mesa, ao Deputado por essa iniciativa brilhante, parabéns e ao plenário o meu amigo Jackson, meu amiguinho Jackson, que fazemos parte também da rede de Enfrentamento a Violência Sexual contra a Criança e Adolescente no Município de Porto Velho. Como Conselheira Tutelar, ali têm Conselheiro Tutelares também, cadê os amigos conselheiros tutelares que estão ali, de Jaci, ainda, Conselheiros Tutelares de Jaci-Paraná, estão aí em cima, não sei a onde, mais estão por aí, Conselheiros Tutelares de Jaci-Paraná.

Eu quero falar aqui de duas Leis, primeiro a Lei de Deus. Romanos 13, no Versículo 1, diz: "que toda autoridade é constituída por Deus". Então, que os nossos Deputados façam o que esse Deputado Anderson está fazendo, um trabalho brilhante para o bom desenvolvimento do Estado de Rondônia, em prol de crianças e adolescentes. E já falando do Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º o Deputado citou a Constituição. Eu vou Ao Estatuto da Criança, no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ele diz: "É dever da família, da comunidade, da sociedade, do Poder Público em geral, garantir com efetivo direito a saúde, educação, esporte, cultura e lazer de crianças e adolescentes"; e a nutrição também, ainda diz mais isso no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, isso é fundamental que essa equipe multidisciplinar esteja dentro da escola, porque as escolas públicas hoje, a gente fazendo a comparação na escola pública e a escola particular, o Conselho Tutelar, ele é acionado em várias áreas, dentro da escola principalmente. E quando a gente é chamada dentro de uma escola particular, a gente já observa que já houve um atendimento de

psicólogo, de assistente social; e na rede de ensino do Estado, do município, isso não acontece. Quando chegam até nós um relatório ou que a gente vai à escola, a gente chega lá e diz: "olha, eu não sei o que está acontecendo com essa criança!". Por que a professora, a formação dela é Letras, é Química; ela não tem aquela formação. Então, a importância desses profissionais, que cada um trabalha na sua área, mas, a junção de todos eles vai dar um bom desenvolvimento para essa criança dentro de uma sala de aula, e com certeza, vão sair de lá bem, tanto na saúde, como no aprendizado. Então, tudo isso vai contribuir para o bem-estar de uma criança e de um adolescente. Eu agradeço, e parabéns Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. Agora a Senhora Laís Reis, Psicóloga da SEDUC, está representando a SEDUC? Não?

A SRA. LAÍS REIS - Boa tarde! Meu nome é Laís, sou Psicóloga e trabalho no Programa Saúde na Escola, que acabou de ser mencionada. Então, eu tenho duas colocações aqui para fazer: primeiro com relação ao programa aqui no Município de Porto Velho, nós temos mais de 180 escolas entre rede estadual e municipal, e no programa, nós temos somente 64. Então, as outras escolas ficam sem o trabalho do PSE que é um trabalho que envolve tudo isso aí, alimentação, práticas corporais de atividade física, segurança nas escolas, prevenção das violências, são doze ações que tem no Programa Saúde na Escola. E quando a escola é pactuada, nós temos uma equipe de saúde que trabalha as doze ações dentro do programa. O que aconteceu ano passado com o Município de Porto Velho? Quando o

município através da equipe de saúde realiza as doze ações no PSE, o município recebe uma adicional por aquele atendimento das doze ações. E como o Município de Porto Velho não realizou, ficou sem receber o recurso. Então, às vezes, nós reclamamos que nós não temos dinheiro para realizar algumas ações, e quando tem, não é realizado da maneira que é para ser feito, não é? Então, na realidade, não foi só Porto Velho, 21 municípios do Estado de Rondônia ficaram sem receber o recurso porque não realizaram as doze ações. A outra questão que eu quero colocar é com relação ao psicólogo na SEDUC, que é de onde eu venho. Até 2012, nós tínhamos uma média de 15 a 20 escolas que tinham profissionais psicólogos dentro da escola realizando trabalho. Quando veio a 680, em 2012, ela retirou o profissional e garantiu somente nas escolas de tipologia 5, que são: escolas com mais de 25 salas de aula e mais de 1.500 alunos. Então, dentro do município de Porto Velho nós só temos três escolas com essa tipologia, significa que mais de 78 escolas não estão amparadas por conta dessa lei. Então, desde essa época quando eu tive que sair da escola e voltei para a SEDUC eu venho falando sobre a 680 e até agora ela continua em vigor. Então eu sempre falo para os diretores quando eles reclamam que não tem o psicólogo dentro da escola, enquanto a 680 estiver em vigor, nós não vamos ter psicólogos, porque para todos os efeitos a SEDUC está cumprindo com o que a legislação preconiza, ela não está fora da lei, ela está dentro da lei, não é? Então, se nós queremos que tenha psicólogo, assistente social, psicopedagogo, fono, nutricionista e outros que a escola precisa, antes de mais nada, a 680 precisa ser revogada, enquanto ela estiver em vigor não tem psicólogo e nenhum outro profissional dentro da escola. Então, primeiro reforçar a questão do Programa Saúde na Escola que é um programa que trabalha basicamente com a prevenção, então

como nós trabalhamos com a prevenção o dinheiro que é destinado para a prevenção é mínimo, geralmente os gestores destinam 90% do dinheiro para a média e alta complexidade, eu estou falando de saúde, e 10% para a prevenção. Então enquanto tiver essa proporção desnivelada entre prevenção e quando a pessoa já está doente, que é o caso quando a pessoa já está com sobrepeso, obesidade, tudo isso não adianta porque vai gastar muito dinheiro e não vai ter resultados, nós precisamos inverter a lógica, vamos destinar 90% para a prevenção e 10% para a intervenção, quando a pessoa já está doente. Então, só para vocês terem uma noção do que eu estou falando, o ano passado nós tivemos dentro do Programa Saúde na Escola a possibilidade do município de Porto Velho fazer adesão ao programa Academia da Saúde, que é uma estratégia dentro do PSE para trabalhar todas essas temáticas dentro de um espaço, que o dinheiro vem do Governo Federal e a contrapartida do município é somente a manutenção do espaço, só 08 municípios de Rondônia mandaram propostas para o Ministério da Saúde, e o Município de Porto Velho não foi um deles. Então enquanto tiver essa questão da reclamação de não termos espaço, mas, quando tem oportunidade não é encaminhado nenhum projeto para lá para ser aprovado, a gente vai continuar daqui a um ano, daqui a dois anos, daqui a dez anos reclamando a mesma coisa. Então, são estratégias que podem ser trabalhadas para a diminuição de todos esses agravos, porque se você tiver uma boa alimentação, se você praticar atividade física, você não vai ter nenhuma destas dificuldades, mas, ao mesmo tempo quando você tem oportunidade e não vai atrás fica só na reclamação e aí a gente nunca vai conseguir mudar esse quadro nem com relação à presença do psicólogo na escola e nem com relação a trabalhar a prevenção.

Outra estratégia que nós temos dentro do PSE é o NutriSus que é uma estratégia que você adiciona vitaminas para combater anemias e falta de vitaminas. E em 2016 nós tínhamos 73 creches e escolas infantis que poderiam fazer adesão ao PSE e somente 02 creches em Porto Velho foram pactuadas no programa, então foram mais de 4 mil alunos que ficaram fora dessa estratégia que é adicionar um sachê na comida do estudante para combater anemias e falta de vitaminas, e como eu estou falando, tínhamos 73 creches de escolas infantis e o município só fez adesão a 02. Então a gente vai continuar sempre marcando passo, enxugando gelo, porque na hora que realmente é preciso ser feito o trabalho o Município de Porto Velho sempre fica aquém do que deveria ser feito. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Eu quero ouvir agora o senhor Vinícius Gomes da Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia. Seção/RO, senhor Vinícius.

O SR. VINÍCIUS GOMES DA SILVA - Olá! Boa tarde a todos! Primeiramente eu queria agradecer pelo convite do Deputado; e agradecer a presença de todo mundo, todas as pessoas de todas as classes; acadêmicos e profissionais já formados que estão aqui em prol de defender, sobre o que a gente está discutindo durante essa Plenária.

Primeiramente eu queria dizer também que além de a gente pensar sobre a importância desse projeto que eu acredito que a gente nem deva pensar porque ele é importante. Eu queria dizer que essa equipe multidisciplinar na qual a gente está tendo esse olhar, ela é muito importante, ela traz muitos benefícios, e a gente acaba falando sobre o que a gente está falando em relação

às políticas públicas educacionais. Então eu penso que, como eu estava comentando com a Virgínia, em relação, nós não temos que discutir o quanto isso é importante o projeto é muito importante. O que nós temos que discutir é sobre como nós conseguiremos chegar a isso. A fala da senhora Darlene também foi muito importante sobre um instrumento disparador. Então isso que a gente está propondo aqui e o projeto que o Deputado está apresentando é um instrumento disparador para que a gente comece a perceber e comece também a reformular algumas importâncias desses profissionais dentro das escolas em relação à Educação Básica.

A Laís falou muito bem, minha colega, sobre a Lei Complementar nº 680 e enquanto, falando agora sobre a classe dos psicólogos, na verdade não é uma inserção, é uma reinserção que está sendo provocada aqui, porque existia a presença de psicólogos e hoje ela é bem restrita justamente por causa dessa lei complementar. E o que eu acredito que tenha sido um retrocesso em relação ao serviço do profissional dentro da escola e também as ofertas, aos benefícios que isso traria para as crianças, para os adolescentes e para quem poderia ser beneficiado com esse dispositivo. Esse projeto, ele é bem complementar. Então a gente acaba inserindo outras equipes, inserindo outras disciplinas, e quem sempre vai lucrar com isso são as crianças, são os adolescentes que precisam desse acesso.

Muitos exemplos em relação a como funciona, as crianças que são de uma escola particular e a diferenciação das crianças que estão em uma escola particular e das crianças que estão na educação pública e isso, a aprovação disso, seria um benefício muito maior. Principalmente porque a gente está novamente trazendo a fala sobre as políticas públicas em relação à educação.

Então, só para fechar a minha fala e concluir, sobre o que já foi falado e falar sobre os benefícios também, enquanto o psicólogo e a classe de Psicólogos, eu estou vendo que tem muitos acadêmicos aqui, pode levantar a mão aí, pessoal que é psicólogo também. Então tem muita gente aqui e todos nós estamos em prol de algo que é um benefício muito grande para o nosso Estado. Recentemente nós tivemos uma tragédia na Escola de Suzano, e acredito que todos estejam cientes do que aconteceu em São Paulo. E eu ouvi alguns colegas perguntando assim: "mas, o que o psicólogo tinha para fazer se já aconteceu?". E cai muito no que a Laís estava falando, sobre a gente liga muito para o trabalho de intervenção depois que acontece, esquece muito dos métodos anteriores de prevenção. Então não só do psicólogo, mas, também das outras especialidades que foram apresentadas aqui pela Darlene, também pela outra colega e todos os colegas que estão participando. Então além de dizer, além de reforçar sobre os benefícios que esse projeto, ele pode trazer para a sociedade, ele também enaltece a importância dessas disciplinas dentro da escola. Então é mais ou menos, é basicamente isso que eu gostaria de dizer e agradecer em nome do Conselho Regional de Psicologia também da classe de psicólogo, sobre esse empenho que está sendo feito para a aprovação desse projeto. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Abrir a fala também à senhora Maria Rosimeire, ela é Diretora de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Rondônia, o IFRO.

A SRA. MARIA ROSIMEIRE SALVIANO DE MOURA - Boa tarde a todos! Gostaria de parabenizar o Deputado pela proposta. E

a minha função aqui na verdade é falar um pouquinho da experiência do IFRO com essa equipe multiprofissional. Os Institutos Federais no Brasil inteiro, já têm essa composição dentro da sua estrutura e nós somos muito privilegiados por isso. Nós sabemos da importância desses profissionais. A gente tem uma diferença, que nós não temos o Fono na proposta do Estado, mas, temos o enfermeiro dentro da composição dessa equipe que faz, que atua dentro da assistência estudantil, é o termo que nós utilizamos dentro dos Institutos Federais. Essa equipe tem um papel fundamental no desenvolvimento do sucesso escolar, dos indicadores de sucesso escolar dos nossos estudantes. Eu acho que a gente não consegue pensar os Institutos Federais, hoje, sem essa equipe. E nossos indicadores de sucesso geral, os desempenhos que os institutos federais têm no país, também são atrelados a esses profissionais. A gente, aqui no Estado de Rondônia, o IFRO conseguiu o indicador, no ano de 2018, de 95% de êxito escolar dos nossos estudantes que são atendidos por essa equipe. Então, nós tivemos apenas 5% de evasão desses estudantes e, aí, outros indicadores, outros fatores precisam ser levados em consideração para isso e 90% dos estudantes atendidos por essas equipes foram aprovadas em 2018.

Então, quando a gente fala assim: "quem lucra com essa equipe na escola", eu acho que quem lucra é o Estado. As crianças se beneficiam sim, as famílias se beneficiam, a população se beneficia, mas, quem lucra é o Estado. Lucra com a diminuição dos indicadores de retenção, com os indicadores de evasão. Luta com o fortalecimento de políticas de proteção social, porque na escola, o que a gente tem é um microcosmo da sociedade. Então, na escola aparece de tudo. Todos os problemas que a gente tem na sociedade, eles também surgem na escola. E, aí, o fator de ter uma assistente social dentro de uma equipe

multiprofissional é fundamental. Então, todas as violências aparecem lá, todas! Às vezes, a rede de proteção que existe fora da escola não consegue chegar até esses estudantes. E esse estudante está ali dentro de uma escola, dentro de uma unidade escolar. E se tem um assistente social ali, ele está preparado para dá todo encaminhamento necessário, fazer todas as intervenções necessárias. Então, é fundamental.

Não preciso falar do serviço de Nutrição, não preciso falar do serviço de Fonoaudiologia, não preciso falar do quanto é fundamental esses serviços. Então, quem lucra é o Estado ao fazer essa promoção de saúde chegue. A OMS já declarou que a escola é um lugar privilegiado para a promoção de saúde, é o melhor lugar. É o lugar onde a gente deve fazer promoção de saúde. A gente não tem que gastar com cura de doenças. A gente tem que gastar, investir, na verdade, em prevenção de doenças. E aonde é que a gente pode fazer isso? Aonde é que estão os cidadãos da nossa sociedade, ali, em formação? É na escola. Por lei, todos têm estar lá na escola, e é onde todos podem ter acesso à informação de saúde, todos. Então é o melhor lugar para a promoção de saúde, é o melhor lugar para proteção social e é onde a gente pode fazer o enfrentamento às violências de forma mais eficiente. E é com essa equipe que a gente vai conseguir mudar o quadro da nossa educação brasileira. É com essa equipe que a gente vai conseguir apoiar os docentes, apoiar nossos gestores na execução de uma educação de qualidade.

Então, assim, eu quero dizer que os institutos federais têm buscado, têm construído excelentes indicadores, mas, por detrás disso existe o fortalecimento dessa equipe. Existem equipes hoje em todas as unidades do IFRO do Estado, nós temos essa equipe. E reforçar a

necessidade para que o Estado fortaleça as unidades escolares do município e do Estado, e a gente consiga sim, mudar esses indicadores. Muito obrigada a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - A ata desta Audiência vai ser encaminhada ao Governo do Estado, à Presidência desta Casa, ao Ministério Público, justamente porque nós estamos no momento de discussão, como eu falei inicialmente, do PPA. E entrando isso como algumas diretrizes de governo por políticas governamentais que precisam ser elaboradas e discutidas, a importância desta Audiência é mostrar isso ao Governo do Estado, que ele precisa se ater a isso, porque ele acaba, no futuro, economizando. Evitando, o que bem a senhora falou, evasão escolar que às vezes, leva também ao envolvimento com crimes e isso vai acarretar prejuízo porque ele vai parar lá no sistema socioeducativo, depois ele vai lá para o sistema prisional, e o custo disso que está quebrando o Estado. O custo é muito caro. Você passa nesse presídio federal, ali, é o Exército, é tanta gente ali. O custo daquilo ali, para manter aquela Força ali, é muito cara. E se a gente não tivesse esse cenário, esse recurso que está sendo gasto, seria investido justamente no que a gente está discutindo hoje aqui, e teria dinheiro sobrando para fazer isso. Mas, tem que começar hoje, senão o resultado não chega amanhã. Pelo contrário, vai piorar ainda um pouco mais.

Eu queria ouvir a Mestre Ainá Barbosa, Mestre em Psicologia Escolar e Processo Educativo - UNIR, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional.

A SRA. AINÁ BARBOSA FEITOSA - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa; eu parabenizo também a iniciativa do Deputado por esse Projeto de Emenda Constitucional, e só para não 'chover no molhado', pelo que os colegas psicólogos já falaram da importância da atuação não só da nossa profissão, mas, também dos outros, dos outros colegas fonos, nutricionistas, enfim. Eu gostaria de completar com uma coisa uma questão bastante importante no nosso Estado, não só no nosso Estado, mas, no nosso país, que a gente sofre bastante com programas de governo e não com políticas públicas. A gente tem um marco com relação à história da psicologia escolar educacional no nosso Estado, que são duas leis complementares de dois governos diferentes. A primeira Lei Complementar é a Lei 420/2008, que institui o cargo de Psicólogo Educacional dentro da Educação do Estado de Rondônia. É um marco, foi um marco extremamente importante, porque nós somos um Estado muito jovem, e a gente conseguiu trazer esse profissional para dentro da escola, para dentro da educação mais especificamente, enquanto Estados mais quatrocentões como Pernambuco, por exemplo, era até então o pioneiro. E aí a gente revogou essa decisão com a Lei 680/2012, onde a gente tirou essa importância política, de representatividade política do psicólogo dentro da Educação. Então, quando a gente tem projetos como uma Emenda Constitucional, a gente tem uma questão muito mais sólida do que uma lei complementar. Então, a importância para que a gente esteja nesse espaço de modo muito mais firme e podendo contribuir com os nossos conhecimentos para dentro da instituição escolar e a educação como um todo, que é um espaço, extremamente, revolucionário de emancipação dos sujeitos e de transformação social contribuindo, colaborando para que a gente faça pensadores e não apenas pessoas que vão reproduzir as questões escolares; é extremamente

importante. E diante da fala do que foi dito que a anterior a minha fala ali na bancada, eu recomendo a todos, que leiam o texto de uma mulher chamada Maria Helena Patto, "Escola Cheia, Cadeias Vazias", principalmente aos estudantes de Psicologia. É isso, muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Vamos ouvir, também, a acadêmica Isadora Nunes, que ela tem uma criança pequena, ela pediu a fala, ela é acadêmica do 6º período de Nutrição/FIMCA.

A SRA. ISADORA NUNES - Boa tarde. Eu tenho 28 anos, estou no 6º período de Nutrição e estudo na Faculdade FIMCA. Eu vou falar como acadêmica do que eu acho da importância da minha categoria na atuação das escolas. Como já foi dito, eu entendo que a educação, seja ela nutricional; psicológica ou do de todos os profissionais que já atuaram dentro da escola das matérias comuns, ela é de extrema importância, porque nós como seres humanos somos formados na escola. E como o Deputado falou no início a educação começa em casa, mas, a partir do momento que a gente, que aquele estudante, que aquela criança ou aquele adolescente não tem educação em casa, e tem a oportunidade de ter educação na escola, ele pode levar a educação que ele não teve em casa para dentro da casa dele. Como? A escola faz com que a gente forme opiniões, com que a gente enxergue o futuro ou mude a história que a gente já pode; que aquela pessoa já vem de uma linha cronológica do que já pode ter acontecido com ela. Um exemplo: por que é um assunto polêmico, mas, que a gente tem que pensar, porque que no nosso País tem que ter cota para negros ou para pessoas que estudaram em escola pública? Porque isso é uma

desigualdade, porque se desde o começo tanto os negros quanto brancos ou os índios, não importa a etnia ou raça, tivessem as mesmas oportunidades ou tivessem tido o mesmo conhecimento não seria necessário que isso acontecesse. Onde eu quero chegar em relação a minha categoria? Todos nós sabemos que as doenças crônicas não transmissíveis, como os nutricionistas aqui já falaram, elas são o mal do século, que é a obesidade, a hipertensão e aterosclerose e as doenças cardíacas em geral. Essas doenças, elas custam muito para o bolso do Estado, porque são pacientes que geralmente não conseguem ter uma cura, e eles ficam acarretando os custos que o Estado tem que ter; o Sistema Único de Saúde. E como que isso pode ser evitado? Através da Educação, que educação, como eu estou falando da minha categoria, educação nutricional, onde começa? Na escola. Que a partir do momento que aquela criança ou aquele adolescente educado, ao invés de comer a bolacha de água e sal com um copo de suco industrializado, ele pode desde aquele início da merenda escolar até a formação dele acadêmica, ele desenvolver uma doença, dessas doenças crônicas não transmissíveis, só ser um estorvo para o bolso público. Isso pode ser evitado com a nossa atuação através da educação, do que a gente tem para passar, ensinar qual a importância do alimento, qual o fundamento que tem você se alimentar bem, porque você se alimentar bem, não é só você ter um corpo bonito ou você ter uma pele bonita, é uma questão funcional, é uma questão fisiológica, você pode ter muito mais anos de vida ou evitar inúmeros problemas como esses que eu falei das doenças crônicas, como câncer, fora que a nossa atuação dentro das escolas é crucial principalmente por que aquela merendeira, ela está lá como representante da educação nutricional e às vezes ela não tem, na maioria das vezes, ela não tem a capacidade técnico-científica de saber ou de explicar para aqueles

alunos qual é a importância do alimento. Então, muitas vezes, não por ela, mas, porque não tem estrutura, não tem um profissional que tenha o conhecimento técnico-científico e que passe isso para aquelas merendeiras, para que as façam entender qual é a importância delas, do quão é importante a função delas dentro das escolas. E a partir do momento que esses jovens, crianças e jovens que são o nosso futuro, são os futuros formadores, nossos futuros formadores, eles, principalmente das escolas públicas, como já foi dito que é bem diferente das escolas particulares, que têm muito mais oportunidades na maioria das vezes e nas escolas públicas têm menos, a partir do momento que esses jovens levam de dentro da escola para dentro da casa deles, aquela história pode mudar. Então, em vez de a gente estar muitas vezes se preocupando ou procurando: "não, vamos fazer uma lei, ou seja, lá, para criar mais cotas", um exemplo, as cotas são necessárias no nosso País, mas, isso pode mudar. Como pode mudar? A partir da educação. E a gente pode levar a educação dos nossos jovens e crianças para dentro da casa deles e assim continuar uma história. E eu entendo que o profissional nutricionista, ele é de extrema importância para ensinar como deve se alimentar para que sejam evitados esses tipos de doenças, que atualmente são o que realmente mexe no bolso público e quando a gente fala em questão financeira do bolso público, é uma questão que querendo ou não, vão prestar mais atenção, que às vezes é melhor você pagar o profissional, você desembolsar uma X quantia para os profissionais serem obrigatórios dentro das escolas, vai ser ínfimo o valor perto do que o Governo gasta com as pessoas doentes de dentro do Sistema Único. Isso vai desatolar as filas, isso vai fazer com que o Sistema Único de Saúde melhore infinitamente, além da educação nutricional que a gente tem

que levar. É assim que eu entendo o profissional nutricionista dentro das escolas.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. Parabéns.

Vamos ouvir agora o Senhor Carlos Henrique Gomes de Souza, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/RO.

O SR. CARLOS HENRIQUE GOMES DE SOUZA - Boa tarde a todos aqui no plenário, eu queria em nome do Deputado Anderson Pereira, estender os meus cumprimentos à Mesa e também boa tarde especial aos colegas profissionais de Serviço Social e os nossos acadêmicos do Serviço Social, por favor se manifestem. E só endossar de fato o que já foi colocado aqui no plenário da importância e relevância dessa lei. Eu vejo como ponto, dialeticamente como ponto positivo, mas, também como ponto negativo, em que sentido? Ponto positivo na questão de perceber que esses profissionais são essenciais numa política de educação, e, ao mesmo tempo triste, por perceber que as políticas: saúde, trabalho, entre outras, estão afastadas ou precarizadas, porque a nova ordem agora é corte, porque hoje tem um discurso de que o gasto público, que é o gasto com o ser humano, com o cidadão é gasto e na verdade não é gasto, é investimento. Então, nós temos que mudar também essa lógica e eu enquanto Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e também membro hoje da Comissão de Seguridade Social do nosso Conselho aqui representado pela nossa Presidente Noemi, a gente entende que no ambiente escolar, é necessário também essa integração das políticas públicas e um dos profissionais que mais trabalham ou que

trabalham de fato dentro dessa ordem, de ser o articulador dessas políticas públicas, um trabalho interdisciplinar, um trabalho transdisciplinar e integrado, é o assistente social. Eu também não vou ser redundante na questão da importância, da relevância, mas, só para dizer que historicamente falando o serviço social sempre esteve presente no ambiente escolar, nós temos 83 anos de existência no Brasil e, desde, o nosso surgimento nós sempre trabalhamos dentro do ambiente escolar, em prol justamente de promover a cidadania, de promover o direito, o acesso as políticas públicas e hoje a gente percebe que, tanto no ambiente escolar, quanto em outras políticas; a política de assistência social que é o carro chefe justamente desses grupos vulneráveis que estão dentro e fora da escola, porque na escola, estava até pontuando alguns pontos, a gente encontra: evasão escolar, mais o porquê dessa evasão escolar? A gente encontra o bullying, a gente encontra conflitos, abusos, exploração de trabalho e uma coisa muito importante também, que são os nossos professores, os nossos pedagogos que trabalham diariamente com esse público e que infelizmente hoje, eles estão sendo alvo de filmagem, de estar pregando um negócio de ideologia que a gente sabe que isso não é verdade; mas, que também são peças fundamentais e que eles não conseguem, até pela sua formação, pelo seu trabalho analisar e intervir nesse âmago de questões, de expressão da questão social ou de conflitos que perpassam as nossas crianças, nossos adolescentes e suas famílias e que hoje quando a gente fala de família, não é aquela sagrada família nuclear como se coloca e tenta se impor, mais aquela família monoparental chefiada por mulheres, homoafetivas, aquela avó que cria aquele neto, aquele tio que cria aquele sobrinho que também família e que muitas das vezes está desamparado pelo próprio Estado, pelas políticas que estão cada vez sendo

enxugadas e que a escola, o professor é aquele técnico que percebe primeiro que aí como tem, como a nossa colega ali falou, realmente que realmente tem bons profissionais no IFRO, nós temos assistente social do Ministério Público; então nós temos essas parcerias e a gente entende que esses profissionais: serviço social, psicologia, identificam, aciona a rede e dentro daquilo que compete a política de educação que tem uma verba sim fixa, como a saúde, que é diferente da assistência que nós sempre tentamos a cada conferência, estipular um piso para que não seja cada vez mais reduzida, porque hoje a Assistência Social assegura esses direitos, na questão da proteção básica, especial, enfim, a gente percebe que esses profissionais: professores, pedagogos e nutricionistas, fonoaudiólogos; quando a colega falando de nutrição está falando muito de obesidade, mas, nós do Ministério Público, Deputado, a gente pegou muitos casos de desnutrição e que tipo de nutrição? daquelas famílias que não tinham condições de comprar uma cesta básica, que estava em processo, a criança precisa da merenda escolar para se alimentar naquele ambiente e aí tendo um técnico de nutrição, o assistente social que faz essa articulação com as demais políticas públicas, que também já existem políticas públicas na escola como BPC na escola; como a colega colocou como em relação a saúde; trabalha de forma articulada e prover não só a cidadania daquela população infanto-juvenil, mas, também a sua família. E eu corroboro fortemente com a nossa colega da nutrição, quando ela falou e também da Darlene, quando ela falou que essa Lei, ela é o estopim, porque muitas lutas virão e quando eu falo luta, é como o nobre Deputado colocou; a questão de está, a gente articulou, eu acredito que essa Lei não vá deixar de ser votada e aprovada, acredito eu. Mas, aprovada, nós temos que ter outras batalhas lá no PPA com relação ao investimento que

vai ter, porque não adianta ter toda uma estrutura, toda uma legislação, se não tem execução no final e lá na ponta e aí não tem execução por quê? Porque não tem dinheiro, porque não tem orçamento. Então, nós, eu digo nós, nossas categorias aqui unidas pelos nossos representantes dos Conselhos e vocês acadêmicos e profissionais, nós temos sim essa responsabilidade com aquele cidadão que está lá na ponta que muitas das vezes não sabe nem da sua própria cidadania. Então, Deputado, é só isso, me coloco também à disposição aqui do senhor, eu também já estou com a minha Presidência aqui também com relação a estar assessorando na contribuição e fortalecimento também da justificativa até do nosso projeto e parabenizá-lo por essa ação e vamos à luta. Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns. Vamos ouvir agora a senhora Noemi Ribeiro, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/23^a Região.

A SRA. NOEMI RIBEIRO DE ASSIS LEMOS - Pessoal, boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer ao Deputado Anderson pelo convite e em nome dele cumprimentar toda a Mesa; aos profissionais que estão presentes, os fonoaudiólogos, os psicólogos, nutrição e aos meus colegas da minha categoria, os assistentes sociais, os bacharéis, os acadêmicos, é um prazer enorme estar aqui com vocês nesta tarde discutindo esse assunto tão importante, mas, um assunto crucial para as categorias e para a sociedade de uma forma geral. A escola como um dos principais equipamentos sociais, tem sido desafiada cotidianamente em articular conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e

necessidades sociais. Nesse sentido se torna essencial e fundamental que a escola comece a conhecer a realidade social dos seus alunos; podendo também encurtar a distância que a separa do universo familiar, para que a escola possa desempenhar seu papel político, ela deve desenvolver o senso crítico dos seus alunos, precisando estar em sintonia, não só com a realidade dos seus alunos, como também com a realidade da comunidade em que a escola está inserida, deve respeitar essa realidade social, cultural e econômica dos seus alunos e partindo dela, partindo da escola a iniciativa de propiciar a participação da família no processo sociopedagógico nas escolas. Dessa maneira a inserção do Serviço Social na escola, ela deve contribuir para as ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, de formação de cidadania, de formação de cidadãos e emancipação de sujeitos sociais. Ambos, tanto a escola como o Serviço Social, como os profissionais, os assistentes sociais, eles trabalham diretamente com a educação, com a consciência, com a oportunidade de possibilitar as pessoas a se tornarem conscientes e sujeitos de sua própria história, são muitas as contribuições que o Serviço Social pode dá dentro das escolas trabalhando juntamente com as equipes multiprofissionais. O assistente social na escola, ele não vai estar lá tomando a vaga de nenhum outro profissional, cada um no seu quadrado, mas, juntos, realizando um trabalho, e, o ganho não é só da criança e do adolescente, é do Estado, como disse a nobre colega, mas, é da sociedade como um todo. Se nós não nos preocuparmos com o que está acontecendo em nossas escolas; na atualidade isso vai influenciar muito, o que acontecerá no futuro. Nós temos aí o que já presenciamos, a gente acha que só acontece nos Estados Unidos, para fora do Brasil, mas, estão aí, os massacres dentro das escolas no Brasil. O futuro lá chegou.

Os profissionais unidos, desenvolvendo trabalhos que mudam a vida das pessoas, mudam a vida das crianças, mudam a vida dos adolescentes, mas o trabalho do assistente social na escola, Deputado, ele é mais amplo do que simplesmente trabalhar com o aluno. Olha, só, é com a família e com a comunidade que ela está inserida. Eu gostaria de falar, até dei uma comentadinha aqui com o Deputado, a respeito da Emenda Constitucional, do documento em si, para a gente não ficar frustrado depois de ter uma lei, e ficar aí uma lei morta que não tenha tanta efetividade, a gente quer e precisa que ela atinja o objetivo que todos nós esperamos. Então, assim, foi citado, foram arroladas várias profissões, vários profissionais, eu estava falando aqui com ele, que a justificativa seria muito bom, por exemplo, os assistentes sociais, eles têm uma lei federal que fala de 30 horas de carga horária de trabalho semanal. O psicólogo, ele também tem, está contemplado aqui na Emenda Constitucional apresentada, número de alunos para um quantitativo; um quantitativo de números de alunos para um profissional de Nutrição com 30 horas semanais. Então, têm as outras categorias que podem ser inseridas. Se temos uma legislação federal que nos garante às 30 horas semanais e as outras categorias podem também se manifestarem dessa forma. Já conversei com o Deputado e a gente vai enviar a Lei para ele e aí vamos dá uma estudada. Só chamando a atenção, senão a gente fica..., cria uma expectativa e legislação e assim, tem estar tudo bonitinho no papel, com todas as letrinhas, porque senão, a gente fica com uma sensação de frustração e isso também não é legal para os profissionais. É isso.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. Parabéns. Justamente a importância desse projeto de lei ser

discutido, todos os projetos de lei têm que ser discutido em audiências públicas, em minha opinião, justamente para não nascer uma lei morta, se preocupando com a constitucionalidade, apesar que esta Casa é bem limitada em relação a legislar, a gente tem que ter estar sempre se preocupando com a Constituição Federal, com as competências da União, principalmente do Congresso Nacional, e a gente fica limitado em alguns temas que são importantes para a sociedade, mas aí a gente leva lá para a nossa Bancada, para os nossos deputados federais e senadores.

Vamos ouvir aqui também a Sra. Laura Cristina, Assistente Social da SEDUC.

A SRA. LAURA CRISTINA - Boa tarde a todos. Cumprimento também a Mesa em nome do Assistente Social Carlos Henrique, do Ministério Público; cumprimento também meus acadêmicos alunos da FIMCA do curso de Serviço Social.

Eu trago duas pautas aqui, uma é mais informativa, no ano de 2016 a SEDUC abriu um concurso com 02 vagas para Assistente Social aqui para o município de Porto Velho e, salvo engano, mais 10 vagas espalhadas pelos Municípios de Rondônia, ele só veio convocar os Assistentes Sociais este ano no mês de janeiro, infelizmente só assumiu eu aqui em Porto Velho e hoje eu me encontro lotada no Núcleo de Saúde Ocupacional da SEDUC/Sede. A minha atuação hoje no Núcleo de Saúde Ocupacional está diretamente com os servidores que são os trabalhadores da Educação, e eu não posso deixar também de ressaltar a importância, porque quando eu penso numa educação de qualidade eu não posso pensar apenas no direito da criança, do adolescente, mas, eu tenho que pensar também no direito daquele que move a educação também, que é o trabalhador da educação. Então hoje nós

prezamos pela qualidade de vida e bem-estar do trabalhador de educação juntamente também com os direitos das crianças e adolescentes no que corresponde ao ECA e a própria Constituição. Então, meus amigos, minhas amigas também Assistentes Sociais do interior que hoje estão atuando nas CRESS do interior têm relatado que tem tido muita demanda porque só são elas, 01 Assistente Social e 01 Psicólogo para atender todas as escolas que correspondem aquela Coordenadoria, e hoje nós estamos sem Assistente Social na Coordenadoria de Porto Velho. Então ressalto também que a Lei 680/2012 além do psicólogo, ela também preconiza que deveria ter um Assistente Social dentro das escolas na tipologia 5, mas nós não temos. Hoje só tem 01 Assistente Social no Município de Porto Velho. Então eu parableno também o Deputado que eu penso que o projeto é muito importante para garantir tanto na SEDUC/Sede como nas Coordenadorias e também nas escolas o papel do Assistente Social enquanto atuante dentro da garantia dos direitos junto com os demais profissionais. Além do mais, eu também venho ressaltar sobre a questão do texto constitucional do projeto de lei para a gente poder, no meu pensamento, aprimorar um pouco mais, principalmente porque o Assistente Social não trabalha no viés moralizante dentro da escola, então nós trabalhamos muito além do que se encontra aí, acho que a gente poderia aprimorar isso, colocar o que o Professor Carlos, o Assistente Social Carlos já colocou e também a representante do CRESS que é justamente essa nossa articulação com a Rede, porque os direitos estão garantidos no ECA, estão garantidos na Constituição, mas, é o Assistente Social juntamente com a equipe multiprofissional que mobiliza o acesso a esses direitos. Então eu penso que poderia dar uma aprimorada, se for possível atender, e parableno novamente o projeto de lei. Digo que as demandas são muitas dentro da educação, mas, que nós podemos juntos

enquanto categoria, enquanto várias categorias profissionais, para crescer e de fato garantir uma educação de qualidade no Estado de Rondônia. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Geralmente a Emenda Constitucional, qualquer Emenda Constitucional traz ali o assunto, mas, toda Emenda Constitucional requer regulamentação, seja através de uma lei, seja através de um decreto, dependendo se for competência no caso do Governador de regulamentar, senão, através de uma lei para regulamentar aquele tema que está na Constituição. Nossa Constituição mesmo tem várias questões que ainda não são regulamentadas por lei e que precisam ser. Essa no caso vai ser uma questão que vai entrar no rol ali das Diretrizes que o Estado tem que cumprir com o cidadão rondoniense que hoje a gente altera que é essa lacuna que a gente está preenchendo.

Nós temos bastante falas, eu vejo alguns acadêmicos já se retirando pelo horário, não sei se alguém abre mão da fala, mas, nós temos umas 06 falas, mas, vamos tentar preservar todas as falas. Vamos ouvir a acadêmica Dieny Mary, acadêmica de Nutrição da FIMCA.

A SRA. DIENY MARY - Boa tarde a todos. Agradecer ao Deputado pela belíssima oportunidade de discutir sobre este assunto tão importante para a melhora dos estudantes no Estado de Rondônia. Só complementar aquilo que a colega de curso já falou, a Isadora, sobre a importância do profissional da nutrição na escola. É na escola que se inicia todo aprendizado acadêmico da Criança, e lá iniciando com a educação nutricional ele já vai crescer sabendo sobre alimentação saudável, sabendo como se cuidar.

Também na escola existe o grupo de amigos e, a gente costuma copiar e principalmente, criança costuma copiar o que o outro faz, e acaba que vai induzir a todos a ter uma alimentação saudável. Além disso, a criança leva essas práticas para casa para estar orientando os próprios pais, para estar ajudando a adquirirem hábitos saudáveis, e esses hábitos saudáveis vão promover saúde para essas crianças já crescerem saudáveis, uma geração diferente da nossa geração de hoje, evitando gastos futuros com tratamentos de doenças, principalmente, doenças crônicas como diabetes, obesidade, doenças como hipertensão, e outras doenças decorrentes de maus hábitos alimentares e outros hábitos também. Então assim a ideia é muito boa, se vir a ser aprovada mesmo vai ser de grande valia, grande economia para o Estado, e também uma população saudável, uma população feliz como o povo brasileiro deve ser mesmo.

E eu agradeço muito a oportunidade. Parabéns pela iniciativa.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Com certeza o que é bom, o que é bom para o Estado não vai ter nenhum Deputado que vá se opor, pelo contrário, vai apoiar e, com certeza vai aprovar a Emenda Constitucional a gente vai precisar aí de 16 votos, são votos nominais, esse projeto se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ desta Casa, o relator dele é o Deputado Aécio da TV que é uma pessoa também bem sensível com a educação aqui no nosso município.

Vamos ouvir também a nutricionista Daniele Lima.

A SRA. DANIELE LIMA - Boa tarde a todos; a Mesa; e a todos que estão aqui. É de uma grande felicidade. Eu tenho

certeza que o Deputado Anderson sabe por que, não é Deputado? Até chegar aqui foi uma longa caminhada. Diziam para mim que uma andorinha só, não faz verão, e está aqui a andorinha.

Quero agradecer principalmente as nutricionistas, falaram maravilhosamente bem, estou até emocionada de vocês estarem aqui. Muito obrigada, mesmo. Agradecer ao Dr. Tomasete que sempre esteve ao meu lado, me ajudando: "Daniele, o caminho é aqui, o caminho é ali". E também além do Deputado, a sua equipe, que é maravilhosa, me ajudou também bastante. A minha colega Saiane também que está aí na luta; e as demais colegas que estão aqui hoje. As Técnicas em Nutrição, também, que foi uma categoria nova, que muita gente não conhece, mas, que é o braço direito das nutricionistas, trabalham e muito em prol do trabalho junto às crianças, junto à educação.

E para não alongar mais, eu quero só falar uma situação que é sobre essa Lei nº 680 que acabou me pegando meio que de surpresa. Tudo isso iniciou através do concurso da SEDUC em 2016 onde apenas foram contempladas 05 vagas, 05 Nutricionistas para o nosso Estado com 52 municípios. Vejam, apenas 05 nutricionista para conseguir atender todo esse quantitativo de alunos do nosso Estado. E, no entanto, comecei a conversar com o Deputado para ampliação dessas vagas, o porquê de não ter ampliação dessas vagas para melhorar o trabalho do nutricionista em nosso Estado. E para surpresa essa Lei nº 680 que tem só apenas contemplados 05 vagas para Nutricionistas, sendo elas, 02 aqui em Porto Velho, 01 em Vilhena, 01 em Cacoal e 01 em Vilhena, Cacoal e Ji-Paraná. Então se nós formos ver hoje quantos CRESS existem no nosso Estado, são em média 14 CRESS. Então significa que se pudesse ter 01 Nutricionista em cada, seriam no mínimo 14. E hoje para o nosso Estado só

de profissionais Nutricionistas, hoje seriam contemplados uma média de 89 profissionais, vejam vocês como está defasado.

E aí eu pergunto como está o atendimento das crianças com relação ao profissional Nutricionista em nossa sociedade. Então eu queria que nós debatêssemos realmente essa Lei para que ela fosse revista, para que ela fosse reformulada, de acordo com o quantitativo mesmo de alunos que tem no nosso Estado. E aí colaborar com tudo isso que todos os profissionais, hoje, falaram aqui. Não vou ser repetitiva. Eu só quis aqui, realmente, expressar minha felicidade em estar aqui e ver tudo isso acontecendo e nós estarmos debatendo um assunto tão importante que é sobre a educação. Não digo só no nosso Estado, mas, mesmo, em todo País que deveria fazer isso. Então, eu só agradeço mesmo, Deputado, e estou aqui também, eu sei que o caminho aí, ainda é longo, mas, eu não vou desistir e a andorinha vai continuar a voar. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Vamos também ouvir à senhora Gevan Viana, funcionária da SEDUC, Psicóloga.

A SRA. GEVAN VIANA - Boa tarde a todos; ao Deputado Anderson, ao representante do meu Conselho, o Vinícius, e aos demais representantes dos outros Conselhos. Bom, eu trabalho na SEDUC, migrado em Psicologia, no ano de 2016. Então, eu tenho percebido, no local onde eu trabalho, eu trabalho na zona leste, no bairro, mais precisamente na Escola Ulisses Guimarães que fica no Jardim Santana. Tem 20 anos que sou da Educação, então tenho percebido que é na escola que as questões sociais e suas expressões ficam mais

visíveis. Existe uma necessidade de todos esses profissionais, a importância deles é muito grande. Há os profissionais de nutrição, pois recebemos alunos diabéticos, alunos com restrições alimentares, alunos que necessitam de alimentação especial, e que as nossas merendeiras elas não têm o devido preparo, elas não têm o conhecimento técnico para lidar com essas demandas. Então, elas ficam um pouco perdidas e buscam orientação comigo em relação à alimentação, algumas coisas que acontecem na alimentação. E eu digo, "não tenho formação em Nutrição, sou Psicóloga, não sou nutricionista". E nós precisamos de um nutricionista que nos auxilie nessas questões.

Outra situação muito gritante na nossa escola é a violência. A violência no setor, na nossa comunidade escolar, perdemos inúmeros nos últimos três anos, perdemos cerca de 6 alunos assassinados. É uma realidade muito triste porque esse aluno estava conosco e infelizmente nós os perdemos.

Outro setor, outra causa que é muito importante também e que já foi tratada pela colega numa fala anterior, é a necessidade dos profissionais de Educação receberem apoio. Nós precisamos também cuidar da saúde mental. A saúde mental é uma questão de saúde urgente. Na minha escola tivemos um professor que cometeu suicídio no início de 2012, e é visível que alguns colegas estão passando por Síndrome de Burnout. É uma questão muito séria para nós, porque a nossa escola é uma escola que atende a comunidade carente. A situação que aconteceu em Suzano hoje, e que não ficou restrito apenas a Suzano, houve outras ocorrências e também a nossa escola não está, não estamos isentos de tanta violência e isso afeta tanto os estudantes como os professores. Por isso precisamos de um trabalho voltado, dos psicólogos, do assistente social, dos nutricionistas

voltados para nossa comunidade escolar, em prevenção ao *bullying*, falo na minha área, que o *bullying* tem sido hoje, um assunto muito comentado devido à tragédia de Suzano. Não só a tragédia de Suzano, sempre que acontece alguma coisa dessa dimensão, como já aconteceu também no Rio de Janeiro, volta-se ao *bullying*, ao debate sobre o *bullying*. O que é que tem a ver o *bullying* na nossa comunidade? Nossa comunidade é uma comunidade carente, e as crianças estão expostas a uma sociedade de consumo muito agressiva. Os comerciais em relação ao consumo de produtos de tecnologia, a roupas de determinadas marcas, a calçados de determinadas marcas expostos através da mídia, faz com que possa propiciar que os nossos estudantes, sejam mais propícios a cometer violência e a sofrer violência também.

Outra questão voltando à situação dos pais. Precisamos fazer um trabalho voltado para trazer os pais para dentro das escolas, porque os pais, hoje, não se sentem confortáveis em ir à escola, porque eles acreditam que vão receber reclamação em relação aos seus filhos. Então, é uma dificuldade que a gente encontra em trazer os pais para dentro das escolas, para que os pais participem; que eles entendam que a educação não é um gasto, que educação traz, realmente, uma questão financeira, o gasto do livro, do caderno, não falo do livro didático, que o governo proporciona, mas, o caderno, o sapato, o fardamento em geral, que aquilo é um gasto, mas, que eles vejam aquilo como um investimento para que possa mudar a realidade deles e dos seus filhos.

Então essa Audiência Pública é de extrema importância. Porque os nossos amigos professores estão sobrecarregados. Na escola em que eu trabalho tem uma psicopedagoga, mas, percebo que precisamos do auxílio de muito mais profissionais, porque todas as demandas requerem que o profissional tenha um conhecimento técnico específico, que

ele tenha estudado se preparado para aquilo. E essas demandas, muitas vezes, são posta para os nossos professores, o professor de Química, de Física, de Matemática, muitas vezes, ele tem voltado o raciocínio dele para uma coisa mais lógica, ele não está preparado para trabalhar com emoções, para gerenciar conflitos. Muitas vezes, ele está tão atarefado para dar conta de trabalhar no Estado e no Município, como é que ainda vai conseguir gerenciar questões emocionais? Do pai que chega nervoso, preocupado com seu filho ou querendo tirar, defender o filho na sala de aula, querendo agredir o filho do outro, por causa de bullying, por causa de inúmeras questões.

Então, o professor, ele tem que realizar tarefa para qual ele está preparado para ensinar; ensinar as ciências. Muitas vezes, as pessoas acham, a comunidade em geral, acredita que o professor tem que fazer o sacrifício que uma professora teve que fazer, entre escolher entre a sua vida pessoal e profissional, que esse fato é relatado no filme "Escritores da Liberdade", onde a professora perde o casamento em nome do amor à docência. E, nós não queremos isso, queremos viver nossa realização profissional e pessoal também, nós temos vidas lá fora, nós precisamos ter nossa realização profissional, nosso fazer profissional que nos garanta satisfação, que não seja fruto de frustração o nosso fazer profissional, de nós perdermos alunos, nós perdemos colegas de trabalho para o suicídio. Professores que abandonam as salas de aula para cursar outras áreas das ciências porque não vêem resultado em seu trabalho.

Então, era só isso que eu gostaria de falar, agradeço a oportunidade, e parabênizo. Fico muito feliz de ver os nossos Conselhos cada um em sua área, defendendo que as Políticas Públicas, principalmente na Educação que não se restrinjam apenas ao regime da docência, que a escola é um espaço amplo e que nós precisamos da ajuda de inúmeros

profissionais de todos eles que estão aqui e muito mais se for possível. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Klívia Meireles.

A SRA. KLÍVIA MEIRELES - Boa tarde a todos. Eu cumprimento o Deputado Anderson, já aproveito para agradecer por ter acatado a nossa demanda, conforme já foi falado aqui no início. Cumprimento a Virgínia Braz, representando o nosso Conselho, em nome de toda a Mesa; e o pessoal que ainda está aqui na galeria, a gente sabe que acaba sendo extenso é porque realmente são várias categorias aqui para estar falando, mas, tudo o que for falado aqui é bem importante, eu serei breve que eu sei que está todo mundo cansado, mas, assim, o que eu gostaria de falar é sobre a questão da representatividade, creio eu que o Deputado deve ter convidado a SEDUC mesmo, o Secretário, ou o Secretário Adjunto para que estivesse aqui presente, porque assim, nós não queremos fazer um debate unilateral, só das categorias não é? Então, seria extremamente importante que um representante do Executivo, para ser mais precisa da SEDUC, estivesse aqui presente para saber exatamente qual é a prerrogativa de cada um de nós, de cada categoria que aqui está representada. Por que é que nós somos importantes nas escolas? Eu falo isso por quê? Porque tem muita gente que não sabe o que é que o fonoaudiólogo faz na escola, acha que a gente atua apenas na questão da voz do professor. E não é assim. Nós temos assim um trabalho amplo desenvolvido dentro da escola. Eu quero aqui hoje também mencionar que hoje é o dia 21, hoje é o Dia Internacional da Síndrome de Down; quero parabenizar as pessoas que tem Síndrome de Down e aproveitar o gancho para

falar sobre a inclusão. Essas pessoas com Síndrome de Down e não só os que têm Síndrome de Down, outras deficiências, deficiências múltiplas, são pessoas que são extremamente beneficiadas com essa equipe multiprofissional, multidisciplinar no âmbito educacional, por quê? O professor, infelizmente, a questão da formação continuada do professor, ela não é eficaz, não acontece, tanto no Estado quanto no Município. Então, às vezes, o profissional, o professor, ele tem ali já 30 alunos na sala de aula e ele recebe um aluno especial e na maioria das vezes ele não sabe o que fazer com aquele aluno. Ele recebe um autista que tem alterações comportamentais e ele não sabe o que fazer com aquele aluno. Então, a inclusão ela acaba não sendo efetiva. E esses profissionais juntos eles conseguem auxiliar o professor a conduzir, fazer uma supressão de conteúdos, por exemplo, para esse aluno. Então assim, não só levando para essa questão, óbvio, que a aprendizagem no geral, nós estamos falando da aprendizagem de uma forma geral o Estado não pode pensar apenas no ônus porque quando você leva uma Lei dessas, a primeira coisa que eles vão questionar é a questão dos gastos a gente sabe disso, mas, também temos que pensar em longo prazo quais os benefícios que vai trazer para o nosso Estado? Por exemplo, temos vários profissionais da Educação, professores afastados do cargo lá na SEDUC por problemas vocais ocasionados por um nódulo, por uso indevido da voz, porque ele não tem esse suporte e o profissional de fonoaudiologia ele ajuda a dá esse suporte, ele trabalha exatamente na prevenção. Então, vai evitar com que esse professor, ele saia da sala de aula e isso acarreta vários problemas nele, por exemplo, problemas psicológicos porque a voz é o instrumento de trabalho dele. E na maioria deles não querem se afastar do trabalho e são obrigados por um problema ocasionado por uma falta mesmo de informação que poderia

ter sido evitada se tivesse sido trabalhada de uma forma de prevenção. Então, não vou me alongar porque está todo mundo realmente já muito cansado, também quero agradecer ao Deputado Cirone, eu hoje faço parte da Assessoria do Deputado Cirone e ele, gostaria de estender um pedido dele, que ele estará à disposição para auxiliá-lo, Deputado, até porque esta Casa de Leis precisa de todos os Deputados juntos por uma causa só e nós estamos à disposição e agradeço de coração pelo senhor ter nos recebido ali no seu gabinete e ter atendido essa demanda que é tão importante. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - A senhora Vanilde Alves, Acadêmica de Fonoaudiologia do Centro Universitário São Lucas.

A gente só tem mais uma fala para a gente encerrar. Essas falas são importantes, como eu falei, essa Ata dessa discussão vai ser encaminhada aos órgãos competentes, inclusive, vai ser anexada ao Projeto de Lei que se encontra na CCJ desta Casa.

A SRA. VANILDE ALVES - Boa tarde eu queria agradecer ao Deputado Anderson Pereira e também eu só queria enfatizar um pouco que nós Acadêmicos da Faculdade São Lucas, só falar um pouquinho que essa PEC trará benefício aos alunos, professores, a escola em um todo e também trará benefício a nós profissionais e como eu estou em formação ainda, estamos estudando sabemos fazer, sabemos cuidar e melhorar tanto a parte do professor como do aluno e trabalhar em conjunto com o professor e promover várias conquistas para os alunos no futuro dele profissional. Era só isso que eu queria falar.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns! Ouvir também o Timóteo Nascimento, Acadêmico de Psicologia/UNIRON.

O SR. TIMÓTEO NASCIMENTO - Boa tarde a todos, boa tarde a Mesa. Vou tentar não ser redundante. Todos aqui já sabemos qual é a importância, aprendemos hoje qual é a importância de cada um desses profissionais. Mas, eu gostaria primeiramente de agradecer ao deputado por esta oportunidade que todos nós tivemos de aprender, de nos expressar e complementar o que já foi exposto na Mesa, a importância não só da equipe multidisciplinar na escola para o benefício dos professores, dos alunos, do Estado e da União; mas, também a interdisciplinaridade das áreas da saúde para que os psicólogos saibam qual é a importância dos fonoaudiólogos, para que os assistentes sociais saibam qual é a importância dos nutricionistas, que essa vai ser a maior diferença para o aluno, que quando ele tiver, qual for o problema ou a deficiência dele, ele sabe que ele vai poder contar com professores que vão trabalhar juntos com profissionais que também vão trabalhar juntos e trazer o máximo de aproveitamento aquele aluno. Eu também queria agradecer ao Deputado por essa chance, eu como acadêmico, eu aprecio bastante essas tentativas de melhora tanto das Leis, quanto das normas para que nós quando nos formarmos, possamos herdar um futuro melhor, uma área bem mais favorável para nós atuarmos nas nossas áreas e é isso mesmo. Muito obrigado, boa tarde.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns pela fala. Agradeço aqui a presença de todos, os Conselhos,

todos que fizeram presentes, lembrar que o convite foi estendido à SEDUC, inclusive hoje eu estive pessoalmente com o Secretário, ele ficou de vir, a Adjunta, não sei o quê que houve, pode ter havido algum contratempo e ela não pode vir; o Ministério Público, todos órgãos envolvidos, Defensoria, todos envolvidos nesta questão que faz também cumprir a lei, os fiscalizadores da Lei. Mas, foi bem produtiva essa discussão, esse debate, nós vamos para o processo legislativo que já está ocorrendo, para depois a aprovação do projeto, quando esse projeto for pautado na Sessão desta Assembleia, na Sessão Ordinária, a gente também vai está divulgando até para que vocês possam se mobilizar e acompanharem a votação aqui no plenário desta Casa. Agradeço a todos pela presença.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência às 18 horas e 02 minutos)

(Sem revisão dos oradores)